



COLEÇÃO  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PAZ  
POLÍTICA  
ECONOMIA  
GÊNERO  
SEGURANÇA  
MEIO AMBIENTE  
REALISMO  
MARXISMO  
DIPLOMACIA  
GLOBALIZAÇÃO  
HISTÓRIA  
CONSTRUTIVISMO  
MULTILATERALISMO  
INTEGRAÇÃO  
DIREITO GUERRA  
GEOPOLÍTICA  
MIGRAÇÃO  
SEGURANÇA  
FRONTEIRA  
POLÍTICA EXTERNA  
AMAZÔNIA  
INTERDEPENDÊNCIA  
DEFESA  
NACIONALISMO  
LIBERALISMO  
DESENVOLVIMENTO  
FINANÇAS  
COMÉRCIO  
EMPRESAS  
MÍDIA  
ESTADO  
REALISMO  
ONGs  
PAZ

# A CRÍTICA PÓS-MODERNA /PÓS-ESTRUTURALISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ERICA SIMONE ALMEIDA RESENDE



**A CRÍTICA PÓS-MODERNA  
/PÓS-ESTRUTURALISTA NAS  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



**Reitor:**

Roberto Ramos Santos

**Vice-Reitora:**

Gioconda Santos Martinez

**Pró-Reitora de Graduação:**

Ednalva Dantas R. da Silva Duarte

EDITORA DA UFRR

**Diretor da EDUFRR:**

Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev

Ana Lia Farias Vale

Ananda Machado

Avery Milton V. de Carvalho

Fábio Luiz Wankler

Guido Nunes Lopes

Luciano Alberto Ferreira

Nelvio Paulo Dutra Santos

Rileuda de Sena Rebouças

Rodrigo Schutz Rodrigues

Rosana da Silva



Editora da Universidade Federal de Roraima  
Campus do Paricarana - Av. Cap. Ene Garcez, 2413,  
Aeroporto - CEP.: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil  
Fone: + 55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

---

A Editora da UFRR é filiada à:



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



**COLEÇÃO**  
RELACIONES INTERNACIONAIS  
Volume 2

# A CRÍTICA PÓS-MODERNA /PÓS-ESTRUTURALISTA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ERICA SIMONE ALMEIDA RESENDE



EDITORA  
**UFRR**  
BOA VISTA/RR  
2011

Copyright © 2011  
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.  
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



## EXPEDIENTE

**Revisão:**  
João Nackle Urt

**Capa**  
Hefrayn Lopes

**Projeto Gráfico e  
diagramação:**  
Abreu Mubarac

### **Organizadores da Coleção**

Elói Martins Senhoras  
Julia Camargo Faria

### **Conselho Editorial**

Américo Alves de Lyra Júnior  
Elói Martins Senhoras  
Felipe Kern Moreira  
Julia Camargo Faria  
Marcelle Ivie da Costa  
Thiago Gehre Galvão

---

## DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

L732i RESENDE, Erica Simone Almeida

A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas relações internacionais / Elói Martins Senhoras; Julia Faria Camargo (organizadores). Boa Vista: Editora da UFRR, 2010.

141 p. - (Coleção: Relações Internacionais; v. 2)

1 - Relações Internacionais. 2 - Pós-Modernismo. 3 - Pós-Estruturalismo. I - Senhoras, Elói Martins. II - Título. III - e-book.

ISBN 978-85-60215-76-8

CDU - 371.13

---

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

*Está na hora de rever seus conceitos!  
A crítica pós-moderna/pós-estruturalista  
nas Relações Internacionais*

*Erica Simone Almeida Resende*

## EDITORIAL

O Núcleo Amazônico de Relações Internacionais (NAPRI) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) criou a “coleção relações internacionais” com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições na área internacional.

O selo “coleção relações internacionais” é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão internacionalista e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização da área de relações internacionais.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada no formato de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais lato sensu por meio do livre acesso e divulgação das obras.

***Organizadores:***  
*Elói Martins Senhoras*  
*Julia Faria Camargo*

## PREFÁCIO

Sob vários aspectos, o livro de Erica Simone Almeida Resende constitui uma importante contribuição para o campo das Relações Internacionais no Brasil. Discorrendo de forma clara e objetiva, além do rigor demonstrado no tratamento de fontes e referências, a autora coloca diferentes tradições de pensamento para dialogarem – de forma bastante sofisticada – sobre o que se entende por conhecimento legítimo nas Relações Internacionais. Devemos celebrar, portanto, esta tentativa de apresentar, a leitores de língua portuguesa, a chamada crítica pós-moderna/pós-estruturalista das Relações Internacionais. Trata-se de desafio nada fácil, tendo em vista a maturidade e a desenvoltura necessárias a tal empreitada. O resultado é uma obra que convida à reflexão crítica sobre os processos de produção de conhecimento na área de Relações Internacionais, apontando possíveis caminhos, com base na contribuição de autores internacionalistas como Richard Ashley, James Der Derian, David Campbell, R.B.J. Walker e Michael Shapiro, para superar as principais limitações do próprio objeto de estudo das Relações Internacionais: as relações internacionais entre Estados soberanos em um ambiente anárquico.

Demonstrando elegância e conhecimento apurado, a autora manipula e desconstrói, com sucesso e precisão, conceitos, metodologias, epistemologias e ontologias que alimentaram boa parte do que hoje entendemos como conhecimento legítimo na área de Relações Internacionais. No entanto, seu objetivo não é subverter esse



ramo de saber, mas sim pluralizá-lo, abri-lo e expandi-lo de forma a fazê-lo verdadeiramente “internacional”, em oposição a seu reconhecido caráter norte-americano, conforme caracterização de Stanley Hoffman.

Tendo como principal preocupação a oxigenação da área, a fim de libertá-la de conceitos, teorias e premissas impostas pelo chamado mainstream de RI, a autora apresenta os principais elementos que articulam a crítica pós-moderna/pós-estruturalista nas Relações Internacionais. Organizada com objetivos claramente didáticos, assim preenchendo uma grave lacuna em termos de textos em língua portuguesa, esta obra possibilitará a alunos de graduação, ou até mesmo aos já iniciados, a travarem conhecimento com perspectivas consideradas mais radicais na área de Relações, porém inegavelmente instigantes e provocadoras. Trata-se de um texto que, no mínimo, obriga-nos a pensar sobre o tipo de conhecimento que produzimos e reproduzimos em nossas práticas acadêmico-teóricas. Eis aqui uma obra que, em futuro muito próximo, constará das bibliografias de cursos de Teorias de Relações Internacionais em todo país.

*Rafael Duarte Villa*  
*Professor Associado*  
*Departamento de Ciência Política e*  
*Instituto de Relações Internacionais*  
*Universidade de São Paulo.*

# SUMÁRIO

**Apresentação - 10**

**1 - Introdução - 13**

**2 - Modernidade, Pós-modernidade e Relações Internacionais - 23**

3 - Principais influências da crítica pós-moderna/pós-estruturalista - 37

3.1 - Nietzsche e o perspectivismo crítico - 40

3.2 - Foucault e as redes de poder/saber - 43

3.3 - Derrida e a desconstrução dos discursos de poder - 47

3.4 - Barthes, Kristeva e a intertextualidade dos discursos - 51

**4 - A crítica pós-moderna/pós-estruturalista e a Virada Linguística- 57**

**5 - A crítica pós-moderna/pós-estruturalista nos estudos de RI - 67**

5.1 - Ashley e a desconstrução do conceito de anarquia - 74

5.2 - Walker e a desconstrução da dicotomia "interno/externo" - 77

5.3 - Campbell e a problematização da política externa - 82

5.4 - Der Derian e a hiper-realidade virtual das práticas antidiplomáticas - 89

5.5 - Shapiro e as cartografias violentas das relações internacionais - 96

**6 - Considerações finais - 103**

**7 - Questões para reflexão - 109**

**8 - Sugestões de fontes complementares - 115**

8.1 - Modernidade, pós-modernidade, pós-estruturalismo e reflexivismo - 116

8.2 - Nietzsche, Foucault, Derrida, Barthes, Kristeva e outros críticos - 116

8.3 - Manuais de RI com perspectiva crítica e/ou reflexivista - 117

8.4 - Obras de críticos pós-modernos/pós-estruturalistas em RI - 117

8.5 - Romances de ficção com temas e/ou estéticas pós-modernas - 119

8.6 - Filmes com temas e/ou estéticas pós-modernas - 119

**9 - Notas - 121**

**10 - Bibliografia - 127**

**11 - Sobre a autora - 137**

**12 - Normas para publicação - 138**

**14 - Endereço para correspondência - 139**

## APRESENTAÇÃO

A partir do final da década de 1980, sopram novos ventos na área de Relações Internacionais (RI). Tratava-se de um conjunto de críticas que, tomadas como um todo, sinalizava o reconhecimento, talvez implícito, de que o ramo de RI vivia tempos de crise. A crise era sentida na dificuldade de teorias, conceitos e modelos tradicionais em explicar uma realidade que não mais aceitava categorias e rótulos simplistas. De fato, como compreender uma realidade na qual as unidades fundacionais do conhecimento – como o sujeito autônomo, o Estado soberano e a teoria unificada – eram desafiadas por um sistema no qual os modos de produção haviam sido substituídos por modos de informação? Onde a unidade havia se fragmentado, a universalidade, desfeita, a simulação, suplantado e ultrapassado a realidade, e os discursos construía o mundo?

Alimentada pelo crescente diálogo transdisciplinar com a Teoria Social, a Teoria Política, a Linguística, a Teoria Literária e a Filosofia Contemporânea, a chamada crítica pós-moderna/pós-estruturalista tenta “passar a limpo” os fundamentos epistemológicos, metodológicos e ontológicos da área de RI. Preocupados em refletir sobre os processos de produção de conhecimento nesse ramo de saber e em abri-lo ao pluralismo, internacionalistas identificados com o pós-modernismo/pós-estruturalismo desenvolvem um conjunto de reflexões críticas sobre a história e a identidade da área a fim de reavaliar os pressupostos racionalistas, positivistas, materialistas,

individualistas e estado-cêntricos que há muito dominavam a área de RI.

Comprometidos com o debate sobre o lugar da ética em RI, além preocupados em romper as relações de dominação que sufocam e impedem a verdadeira emancipação humana, os críticos pós-modernos/pós-estruturalistas, cujo pensamento é apresentado nesta obra, tentam trazer à tona as consequências da modernidade. Para os críticos, inobstante seu discurso benevolente e libertador, o projeto Iluminista da modernidade possuía um preço alto: o fim da tradição teria sido pago com a disciplinarização dos indivíduos e a naturalização do Estado como forma privilegiada de organização política das coletividades.

Assim, celebrando a diferença, o dissenso, a não-conformação, a contestação, o pensamento crítico e o pluralismo em RI, a crítica pós-moderna/pós-estruturalista busca investigar as formas pelas quais a linguagem, os discursos, as identidades, as representações, as narrativas, os conceitos e os paradigmas construíram verdadeiras estruturas sociais (de valores, crenças, ideias, saberes e comportamento) capazes de determinar o que devemos julgar como realidade, verdade, ou conhecimento, já que esses nunca foram naturalmente dados.



# INTRODUÇÃO



## 1-INTRODUÇÃO

Em 1988, no 29º Encontro Anual da International Studies Association (ISA), seu então presidente, o norte-americano Robert Keohane, descreveu uma tendência que observava na área de Relações Internacionais<sup>1</sup> (RI) no final da década de 1980<sup>2</sup>: uma crescente crítica às análises dominantes produzidas na área de RI. Após celebrar as conquistas e os avanços da área na compreensão dos principais fenômenos internacionais, especialmente o funcionamento das instituições internacionais, Keohane opôs a abordagem “racionalista”, seguida por realistas e neorealistas, à sociológica, por ele classificada como “reflexivista”.

Citando nominalmente H. R. Alker, Richard Ashley, Friedrich Kratochwil e John Ruggie, Keohane destacou como esses autores questionavam a abordagem “racionalista” empregada na teorização sobre os fenômenos internacionais com base naquilo que ele denominou de “reflexivismo”. Para Keohane, esses autores, ao enfatizarem o papel dos “significados intersubjetivos” (KRATOCHWIL; RUGGIE, 1986: 765) do objeto de análise da área de RI, buscavam explicar o comportamento político dos autores com base em uma abordagem sociológica.

*Em seu entendimento [de Alker, Ashley, Kratochwil e Ruggie], compreender o que os indivíduos pensam sobre normas e regras institucionais, e o discurso no qual estão inseridos, seria tão importante, para a avaliação do significado dessas normas, quanto medir o comportamento que muda em reação a sua*

*invocação.* (KEOHANE, 1988: 381)<sup>3</sup>

Recorrendo ao termo “reflexivista” para designar genericamente aquele grupo de críticos devido à “importância que davam à reflexão humana para a compreensão da natureza das instituições internacionais e da própria política internacional” (KEOHANE, 1988: 380), ele os vê como carentes da “coerência e autoconfiança” que demonstravam os “racionalistas”.

*Esses autores assinalam que indivíduos, organizações locais, e até mesmo os Estados, se desenvolvem dentro do contexto de instituições mais abrangentes. As instituições não seriam o mero reflexo de preferências e de poder das unidades que as compõem; as próprias instituições criam as preferências e o poder. As instituições seriam, portanto, constitutivas de atores e vice-versa. Seria, assim, insuficiente tratar as preferências dos indivíduos como dados exógenos: elas seriam afetadas por arranjos institucionais, normas dominantes e por discursos historicamente contingentes praticados por aqueles que buscam promover seus objetivos e resolver seus próprios problemas.* (KEOHANE, 1988: 381)

Chamando a atenção da plateia para o fato de que todos ali eram “filhos do Iluminismo”, por conceberem que a realidade poderia ser objeto de “aperfeiçoamento por meio da ação humana orientada pela razão” (KEOHANE, 1988: 380), Keohane enfatizou que o crescimento da crítica “reflexivista” na área de RI não seria capaz de abalar o programa de pesquisa “racionalista”, que ainda continuava “heurísticamente forte justamente devido à sua recusa em aceitar facilmente narrativas baseadas em observações a posteriori de valores e ideologias”. “Um programa de pesquisa com tal histórico de sucesso não pode ser descartado de forma fácil”, declarou (KEOHANE, 1988:





392).

Claramente elegendo a abordagem “racionalista” como modelo a ser incentivado na área de RI, Keohane apontou o que seria a grande deficiência do “reflexivismo”: a falta de um programa de pesquisa definido que pudesse ser reproduzido pela comunidade acadêmica, com teorias e hipóteses que admitissem teste. “As abordagens reflexivistas não possuem especificidade como teoria: seus defensores preferem apontar o que é omitido na teoria racional a desenvolver uma teoria própria dotada de conteúdo prévio”, afirmou Keohane. “Entusiastas desse programa de pesquisa precisam desenvolver seus respectivos escopos”, e na falta de tal programa, finalizou em seguida, os “reflexivistas” estariam fadados a permanecerem “às margens” da área de RI, “invisíveis ao predomínio dos pesquisadores empíricos” (KEOHANE, 1988: 392).

Passados mais de 20 anos desde aquelas palavras, os “reflexivistas” fizeram ouvidos de mercador a Keohane. Apesar de ainda predominar o paradigma “racionalista”, deve-se reconhecer que o “reflexivismo” recusou-se a ficar condenado “às margens” e “à invisibilidade”. Ao contrário, a crítica ao “racionalismo” que domina as práticas de produção de conhecimento na área de RI vem demonstrando cada vez mais fôlego na compreensão de diversos fenômenos das relações internacionais contemporâneas.

Preocupados, sobretudo, em refletir criticamente sobre os processos de produção de conhecimento e suas respectivas implicações para a vida humana, os críticos “reflexivistas” mostraram-se capazes de reconduzir o tema da ética para o centro do

debate em RI. Vemos hoje, na obra de autores como Michael Shapiro, James Der Derian, David Campbell, Cynthia Weber, Barry Buzan, R. B. J. Walker, Christine Sylvester, Robert Cox, Stephen Gill, Nicholas Onuf, Andrew Linklater, Ullrich Beck, Ken Booth, Steven Smith, Richard Wyn-Jones, Cris Brown, Jenny Edkins, V. Spike Peterson, Geeta Chowdhry, Sheila Nair, Richard Little e outros, o compromisso de superar os limites impostos pela “jaula de ferro” fabricada pelo projeto Iluminista, conforme já havia alertado Friedrich Nietzsche.

Na verdade, sob o rótulo “reflexivista” imposto por Keohane, o que confere à crítica desenvolvida por esses autores um sentido de conhecimento ilegítimo e inferior ao “racionalista”<sup>4</sup>, razão pela qual seu uso é repellido, encontra-se uma diversidade de correntes de pensamento. Em comum, são perspectivas plurais que compartilham o compromisso com a reflexão crítica, tida como fundamental para o resgate da responsabilidade humana sobre um mundo que é construído socialmente.

De forma frouxa, observa-se, no conjunto da crítica ao “racionalismo”, as seguintes correntes de pensamento:

(1) Teoria Crítica, tributária da Escola de Frankfurt, mas que dialoga com as ideias de Antonio Gramsci ao apontar as estruturas sociais que produzem e perpetuam uma ordem internacional injusta e desigual. Como principais representantes, destacam-se Robert Cox, Stephen Gill, Ken Booth, Cris Brown, Andrew Linklater, Ronnie Lipschutz e Timothy Sinclair.

(2) Crítica Feminista, que leva à área de RI o gênero como



categoria de análise e proposta epistemológica. Extremamente plural, devido à pluralidade de influências sofridas, desde a liberal até a pós-colonial, passando pela marxista e a pós-moderna, conta com a contribuição de autores como Cynthia Enloe, J. Ann Tickner, Christine Sylvester, V. Spike Peterson, Judith Butler e Laura Sjoberg.

(3) Crítica Pós-colonialista, articulando-se como ponte entre a área de RI e o legado de Edward Said, com destaque para a releitura e aplicação à política internacional de seu famoso conceito de “Orientalismo”<sup>5</sup>. Como principais nomes, destacam-se Geeta Chowdhry, Sheila Nair, Paul Gilroy, Amitav Acharya e Eva Cherniavsky.

(4) Teorias Normativas, que buscam reintroduzir o debate sobre o lugar da ética e investigar as dimensões morais das relações internacionais contemporâneas. Com destaque para suas vertentes cosmopolita e comunitarista, avançadas por autores como Charles Beitz, Ulrich Beck, Mervyn Frost, Michael Walzer e Molly Cochran, respectivamente, esses críticos refletem sobre a autonomia do Estado, a relação entre ética e uso da força e sobre as bases de um projeto de justiça universal assentado em valores éticos com foco nos indivíduos.

(5) Crítica Pós-moderna/Pós-estruturalista, que sofre intensa influência da Virada Linguística nas Ciências Sociais. Dando especial atenção à linguagem e às representações, autores como Richard Ashley, R. B. J. Walker, David Campbell, Cynthia Weber, Michael Shapiro, James Der Derian, Iver Neuman e Len Hansen apontam o

papel dos discursos na construção social da realidade internacional. Em especial, interessam-se pela crítica à produção dos saberes científicos, apontando como os discursos dominantes legitimam ou silenciam outros saberes.

Com a inclusão da perspectiva construtivista, considerada por muitos como um “meio-termo” ou “ponte” entre o “racionalismo” e o “reflexivismo”<sup>6</sup>, é possível representar os atuais debates teóricos em RI da seguinte forma:

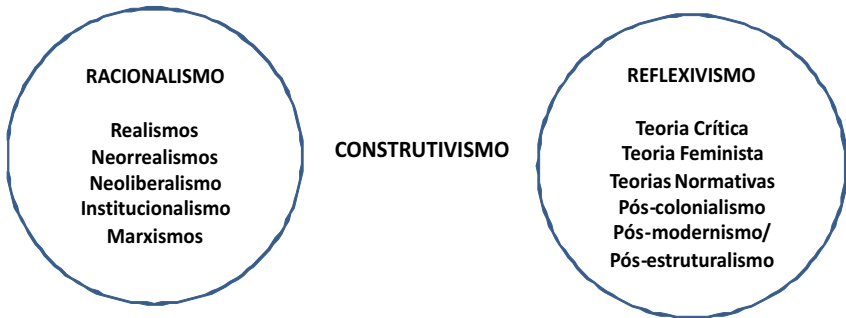


Figura 1: Principais debates teóricos na área de RI a partir de 1980/1990.



Com efeito, ignorando a tarefa de construir a “melhor teoria”, todos esses autores buscam se posicionar criticamente em relação à realidade que ajudam a produzir enquanto participantes da comunidade acadêmica de RI. Conscientes de seu papel na reprodução das assimetrias e desigualdades, sempre defendendo a ideia de que teoria é prática e prática é teoria, eles se propõem a questionar duramente as chamadas teorias dominantes para apontar como elas criaram situações em que a vida humana deixa de ser valorizada para ser tratada como “vida nua”<sup>7</sup>, legado perverso das promessas Iluministas. O grupo de críticos que será objeto desta obra, que se tornaram conhecidos como pós-modernos/pós-estruturalistas, difere dos demais críticos em relação à ruptura que promovem com a modernidade, cujas premissas e implicações passam a ser alvo de crítica e de questionamento.

Reconhecendo os tempos atuais de crise – crise da modernidade, do Estado, de valores e de conhecimento, os críticos pós-modernos/pós-estruturalistas procuram olhar para a realidade internacional e apontar como os discursos científicos produzidos na área de RI criaram autênticos “regimes de verdade” sobre o que deve ou não ser reconhecido como tema, problema e conhecimento legítimo sobre as relações internacionais. Atentos para as armadilhas da “ansiedade cartesiana” diagnosticada por Bernstein (1983), eles caminham na direção oposta à de Keohane, que reagiu à perda do “ponto arquimediano” reafirmando a primazia do racionalismo e da própria modernidade. Assim, os críticos pós-modernos/pós-estruturalistas aproveitam os tempos de crise para procurar brechas e

propor alternativas às práticas de conhecer. Em vez de reafirmarem a necessidade de promover a homogeneidade, a universalidade, a uniformidade, a previsibilidade, a igualdade e a estabilidade, celebram o heterogêneo, o particular, o diverso, o imprevisível, o diferente e o instável.

Nas páginas que se seguem, serão apresentados os principais elementos que articulam a crítica pós-moderna/pós-estruturalista. Veremos suas principais características e influências, que tocaram diversos ramos das Ciências Sociais e não somente na área de RI. Em seguida, examinaremos o impacto da chamada Virada Linguística na área de RI, considerada determinante para essa perspectiva crítica. Exploraremos, então, suas principais incursões em análises de política externa e de relações internacionais, com atenção à obra de Richard Ashley, R. B. J. Walker, David Campbell, James Der Derian e Michael Shapiro.



**MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE  
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**





## 2 - MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nas últimas duas décadas do século XX, a área de RI viu-se em uma espécie de encruzilhada. Se, por um lado, as teorias dominantes em suas vertentes realistas e liberais convergiram nas explicações de fenômenos da realidade internacional na chamada “Síntese Neo-Neo”, por outro, o fim inesperado e imprevisível da Guerra Fria levou ao reconhecimento de que era necessário repensar essas mesmas teorias. Mais especificamente, era necessário repensar as premissas da própria área.

Entende-se que a área de RI atravessa tempos de crise: crise da modernidade, crise dos Estados nacionais, crise ambiental, crise de paradigmas, crise do conhecimento. A principal implicação dos tempos de crise, que não se limitam à área de RI, visto que a crise é sentida em todos os ramos das Ciências Humanas, reside na crítica e ruptura com as promessas do projeto Iluminista. Em especial, passa-se a questionar o racionalismo, a cientificidade, o positivismo, a fé no progresso, o sentido da História e o próprio significado do homem.

A crise da modernidade e, especialmente, suas implicações para a produção do conhecimento, abrem caminho para “passar a limpo” a área de RI. Como lembra Halliday (1996: 318), recorrendo a Edward Carr, sem crise não haveria uma área de RI<sup>8</sup>. Assim, a crise também cria oportunidades e a crítica pós-moderna/pós-estruturalista se alimentará dessas oportunidades. Primeiro, entretanto, faz-se necessário definir modernidade – sobretudo suas implicações para a produção do conhecimento – antes de avançarmos em nossa exploração da crítica pós-moderna/pós-estruturalista à área de RI.

Genericamente, entendemos como modernidade o período que se inicia com o colapso dos sistemas tradicionais medievais e que se consolida com a “ascensão do industrialismo, do capitalismo, da secularização, do cientificismo, do Estado-nação e de suas instituições

e formas de controle” (BARKER, 2005: 444). Em mais detalhes, conforme explica Giddens (GIDDENS, 1998: 94), trata-se do período histórico subsequente à Idade Medieval, que se caracteriza por: (1) um conjunto de atitudes em relação ao mundo, que passa a ser visto como suscetível de transformação pela mão do homem; (2) um conjunto de instituições econômicas, cuja maior inovação seria a emergência do capitalismo como modo dominante de produção, o industrialismo e a economia de mercado; e (3) um conjunto de arranjos político-institucionais, com papel privilegiado para o Estado nacional e a democracia representativa de massas. Por tais razões, Adorno defende que a modernidade deveria ser entendida como uma “categoria qualitativa, e não cronológica” (ADORNO, 2005: 218), porque ela assinalaria a emergência de novos paradigmas: o racionalismo, o positivismo, o cientificismo, o individualismo e o universalismo. Nesse sentido, a noção de modernidade como categoria qualitativa pode ser observada pela forma como ela é normalmente associada aos processos, estruturas e discursos produzidos na Era das Luzes. Desenvolvendo-se simultaneamente na Alemanha, Inglaterra, França, Holanda, Itália e outros, os movimentos do Iluminismo articularam-se forma bastante plural e distinta, muitas vezes em perspectivas até contraditórias entre si. Talvez seja mais correto, portanto, falar em Iluminismos. De qualquer forma, e apesar de sua pluralidade, ideias e princípios Iluministas tiveram papel determinante em importantes eventos dos séculos XVII, XVIII e XIX. Direcionando suas críticas à Igreja Católica e ao Papado Romano devido ao seu monopólio sobre a interpretação da Bíblia, os Iluminismos tinham em comum a rejeição da tradição e do obscurantismo, buscando “liberar a humanidade da ignorância e da irracionalidade” (ROSENAU, 1992: 5). A modernidade era apresentada como a avenida pela qual as Luzes abririam caminho para a saída das trevas, eliminando o preconceito, o costume, a tradição e a autoridade ilegítima. Pelo esclarecimento, defendia Kant, os indivíduos sairiam de sua imaturidade autoimposta<sup>10</sup>, libertando-



se das amarras da tradição, da superstição, do misticismo e de tudo aquilo que os impedia de alcançar suas potencialidades. A razão, a ciência e, sobretudo, a vontade de pensar de forma autônoma, trariam a liberdade. Tal entendimento encontra-se no cerne do chamado pensamento moderno, seja em sua matriz liberal com Kant, Locke, Stuart Mill, Adam Smith, David Hume, entre outros, ou na vertente marxista de Marx, Engels, Lênin e Rosa Luxemburgo. Todavia, o que torna a modernidade peculiar – e razão de nosso argumento central – é a apresentação da razão como meio único para a transcendência da tradição. Assim, a modernidade é apresentada como uma mudança ontológica no modo de ver e conceber o mundo. Na luta contra a arbitrariedade da autoridade papal e contra os preconceitos e as contingências da tradição, recorre-se à razão para se atingir o verdadeiro esclarecimento. arbitrariedade da autoridade papal e contra os preconceitos e as contingências da tradição, recorre-se à razão para se atingir o verdadeiro esclarecimento. Trata-se, portanto, da crença na existência do “ponto arquimediano”, conforme já mencionado, com base no qual se tornaria possível promover a transformação e o progresso. Nesse sentido, a maior consequência da modernidade para a produção do conhecimento reside na crença de que existe uma verdade “lá fora” que pode e deve ser cientificamente apreendida e compreendida, a fim de libertar o homem da escuridão e, assim, emancipá-lo. Trata-se da crença de que o progresso é possível pela aplicação da razão. Surge, então, um importante corolário: a noção de História como uma progressão linear de uma época para outra, sem rupturas ou descontinuidades. Conforme salienta Hegel, que se torna voz dominante na época, a História passa a ser vista como tendo um “fio condutor” capaz de conduzir progressivamente os homens à solução do dilema “mestre/escravo”.

Entretanto, e sem desmerecer a importante contribuição dos movimentos Iluministas, demoraria algum tempo até que fosse percebido que a modernidade não ficaria isenta de efeitos perversos.

Max Weber (2002), ao descrever as sociedades modernas como burocráticas, secularizadas e racionais, nas quais o conhecimento científico era mais valorizado do que crenças e valores, alerta para o “desencantamento” (“Entzauberung”, em alemão) experimentado pelo homem moderno. Para Weber, a ascensão e consolidação do capitalismo e da modernidade teriam gerado uma cultura racionalista, baseada na técnica, no cálculo estratégico e no esvaziamento das realidades mágicas.<sup>11</sup> Décadas mais tarde, já sob o impacto da Segunda Guerra Mundial, dos campos de concentração e do Holocausto, integrantes da Escola de Frankfurt destacariam a falência das promessas Iluministas e o conseqüente declínio da modernidade. Theodor Adorno e Max Horkheimer, então no exílio nos Estados Unidos, escreveram que, no sentido amplo do pensamento progressivo, “o Iluminismo sempre havia tentado libertar os homens do medo e dar-lhes soberania”. No entanto, “a terra plenamente iluminada irradia o desastre triunfante” (ADORNO; HORKHEIMER, 1979: 3). Para aqueles autores, fenômenos como o nazi-fascismo, os regimes totalitários e os horrores de Auschwitz indicavam que a razão, tão celebrada pelos movimentos Iluministas, havia se transformado em uma força irracional que dominava não só a natureza, como os próprios indivíduos, jogando-os em processos de alienação perversos, como a comodificação e a cultura de massas (ADORNO, 1973). Outro adepto da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse (1967), percebeu como as sociedades industriais avançadas haviam criado um conjunto de “necessidades falsas” que integrava os indivíduos dentro de um novo tipo relação de produção e consumo através da mídia de massa, da propaganda, do gerenciamento industrial e dos modos de pensamento contemporâneos. Para Marcuse, tais mudanças teriam criado um universo “unidimensional” de pensamento e comportamento em que a aptidão para o posicionamento crítico e a resistência havia se perdido. Na modernidade, o consumismo havia se transformado em uma forma de controle social, defende o crítico. Os indivíduos passaram a entender



“liberdade” como “liberdade para consumir”, agindo de forma irracional ao trabalharem para consumir o que não precisavam. Nessa situação de “não-liberdade” (“unfreedom”, em inglês), as relações sociais passaram a ser construídas e mantidas por bens materiais.

A crítica formulada pelos frankfurtianos em reação a eventos que desafiavam o próprio sentido do que era “racional”, sobretudo o Holocausto, os levam a questionar a validade do projeto Iluminista da modernidade. Hockheimer, Adorno e Marcuse entendiam que a modernidade não fora capaz de realizar suas promessas quanto à libertação humana. Ao invés de emancipação, o homem moderno vê-se agora acorrentado a burocracias, à primazia da técnica, ao controle, à comodificação, ao consumismo e à disciplinarização. Conforme explica Jameson (1984), os últimos tempos haviam sido marcados por um “milenarismo invertido”, em que as previsões quanto ao futuro foram substituídas por ideias sobre o “fim disso ou daquilo”, em alusão às teses de fim da História, da ideologia, da arte, da classe social, do comunismo, do Estado-nação, da democracia social, do Bem-Estar social, entre outros. Contudo, prossegue ele, tais argumentos somente teriam sustentação com base na premissa de que estaria ocorrendo algum tipo de ruptura, que ele localiza na passagem da década de 1950 para a de 1960. É a modernidade entrando em crise.

Assim, diversos filósofos, teóricos sociais e críticos literários como Jean-François Lyotard, Richard Rorty, Jean Baudrillard, Ullrich Beck e Zygmunt Bauman, influenciados por aquelas críticas de Weber, Adorno, Hockheimer e Marcuse, desenvolveram um conjunto de questionamentos e problematizações em relação ao tema da modernidade. Em comum, todos reconheceram que algumas sociedades haviam se deslocado na direção de um novo estágio ou fase de desenvolvimento, por assim dizer. Surge então a noção de “pós-modernidade” para designar, de forma genérica, as mudanças já apontadas por Jamenson (1984).

Em uma definição extremamente reduzida, Lyotard (1984: xxiv)

caracteriza a pós-modernidade como um momento de “incredulidade quanto a metanarrativas”. Em outras palavras, Lyotard expressa o ceticismo pós-moderno quanto à possibilidade de uma teoria universal e fundacional. No cerne daquele conceito, encontra-se a desconfiança – e até mesmo a rejeição – quanto à possibilidade de se construir um conhecimento objetivo, neutro, imutável, universal e cumulativo.

Nesse sentido, Jameson (1984) enxerga nesse crescente “ceticismo quanto a metanarrativas” um novo “modo de experiência” gerado pelas condições do trabalho intelectual no capitalismo tardio. Seguindo a crítica frankfurtiana à cultura de massas, Jameson (1984) vê, na pós-modernidade, o predomínio do pastiche e da crise da historicidade. A narrativa da paródia, que exige algum tipo de julgamento moral em relação às normas sociais, é substituída pelo pastiche, com colagens e com a justaposição de imagens e narrativas fragmentadas sem um fio condutor. Quanto à crise da historicidade, ela é percebida na perda da “relação orgânica” entre a História ensinada na escola e a experiência vivenciada nas “cidades multinacionais, verticais e estagflacionadas”, tão representadas na mídia.

Eis então o cerne da crítica pós-moderna: a “Verdade” não passaria de uma afirmação apresentada de uma perspectiva privilegiada, refletindo, portanto, as estruturas de poder que a sustentam. Quando um discurso científico, que se diz neutro e universal, reproduz o significado contingente do que seria a “Verdade”, a ideologia que sustenta aquele discurso e aquelas estruturas de poder acaba sendo reproduzida e naturalizada. Essas são as premissas atacadas pela crítica pós-moderna: a epistemologia positivista, a falsa separação entre sujeito e objeto, a falácia sobre uma realidade “lá fora”, passível de apreensão e de compreensão, a primazia do racionalismo instrumental em detrimento da ética humana, a supervalorização de dados brutos em detrimento da interpretação.

Com base nessas críticas, experimenta-se a perda da fé na ciência, no



progresso, na razão e nos referências. Trata-se, sobretudo, da experiência da crise de fundações, com a conseqüente relativização das demandas de verdade. O que era certo, tornou-se incerto; o que era uno e coerente, fragmentou-se; e o que tinha significado, entrou em aporia. Dito de outra forma, o homem perdeu a direção, o que o leva a experimentar a “ansiedade cartesiana” diagnosticada por Bernstein (1983). O desafio que se apresenta aos críticos pós-modernos é administrar a “ansiedade cartesiana” para continuarem com suas respectivas práticas de reflexão críticas nos tempos de crise. De certa forma, muitos deles aproveitaram as brechas abertas pela perda do “ponto arquimediano” para ousar na reflexão sobre os tempos de crise que agora pediam uma nova designação.

Assim, multiplicam-se as designações daqueles tempos, cujas características eram distintas das da modernidade. Tornam-se relativamente populares termos como “modernidade tardia” (CONNOLLY, 1991), “capitalismo tardio” (JAMESON, 1984), “modernidade líquida” (BAUMAN, 2000), “pós-modernidade” (LYOTARD, 1984), “sociedade de redes” (CASTELLS, 1996), “sociedade pós-industrial” (BELL, 1973) “modernidade tardia” e “alta modernidade” (GIDDENS, 1990, 1991)<sup>12</sup>, “hiper-realidade” (BAUDRILLARD, 1991)<sup>13</sup> e “sociedade de risco” (BECK, 1992). Em comum, todas essas designações expressam a ideia de crítica à modernidade, o que faz com que o prefixo “pós” em “pós-modernidade” seja entendido como “crítica à”, e não como estágio seguinte à modernidade.

Muitas são as implicações da crítica pós-moderna para os processos de produção de conhecimento em todos os ramos das Ciências Humanas e não somente na área de RI. A crise é sentida na dificuldade de teorias, conceitos e modelos tradicionais explicarem uma realidade que não aceita mais categorias e rótulos inequívocos. Vêm bem a calhar as indagações de Der Derian e Shapiro (1989): como compreender uma realidade na qual as unidades fundacionais tradicionais do conhecimento – como o sujeito autônomo, o Estado

soberano e a teoria unificada – são desafiadas por um sistema em que os modos de produção tradicionais são substituídos por modos de informação? Onde a unidade se fragmenta, a universalidade se desfaz, a simulação suplanta a realidade e os discursos constroem o mundo? Para melhor entender as implicações do questionamento das epistemologias, metodologias e ontologias que sustentavam um conjunto de saberes centenários, eis um quadro comparativo das principais características da modernidade e da pós-modernidade.<sup>14</sup>





MODERNIDADE	PÓS-MODERNIDADE
Racionalismo, cientificismo, positivismo	Reflexivismo, relativismo, pós-positivismo
Indivíduo autônomo e soberano	O indivíduo é produto de estruturas sociais e somente se imagina autônomo e soberano
A verdade é absoluta e universal	Não existe uma verdade e sim “verdades”
A Humanidade progride e evolui	Progresso e evolução não são predestinados
Concepção linear e progressiva da História	A História possui descontinuidades
A História é a narrativa do que “realmente aconteceu”	A “História” é ditada por quem tem poder, cada narrativa expressa interesses específicos
Existe uma realidade “lá fora”	Realidade como construção social
Separação entre objeto e observador	Observar é interagir
O conhecimento é acumulável	Conhecimento pode ser desconstruído
O conhecimento é neutro de valores	Toda teoria é para alguém e para algo
Conhecimento para solucionar problemas, promover a ordem e o equilíbrio	Conhecimento para reflexão crítica, opor resistências, desestabilizar o naturalizado
Teoria unificada e empirismo	Nenhuma teoria é capaz de explicar tudo
Metanarrativas	Múltiplas narrativas em disputa
Saberes centralizados e autorizados	Saberes difusos, subversivos e contestadores
Categorias e conceitos inequívocos	Crítica à reificação de conceitos e categorias
Teoria para solução de problemas	Teorias críticas
Ênfase na unidade, continuidade, coerência, uniformidade, permanência e estabilidade	Fragmentação, alternâncias, instabilidade, descontinuidade, incoerências e diferenças
Ênfase no controle, na hierarquia, na coesão, na centralização e na ordem	Ênfase na resistência, oposição, descentralização, desordem, subversão
Controle e previsibilidade	Acaso e contingência
Causalidade	Sincronicidade
Ênfase na homogeneidade e igualdade	Heterogeneidade e diferenças celebradas
Profundidade e conteúdo	Superficialidade e aparências
Realidade, autenticidade	Hiper-realidade, representações, simulações
Símbolos e significados fixos	Símbolos e significados instáveis e mutáveis
Dicotomias definidas: mente/corpo, dentro/fora, orgânico/inorgânico	Hibridismos, ambiguidades, questionamento das dicotomias naturalizadas
Limites e fronteiras definidas	Limites e fronteiras difusas e porosas
Identidades fixas, unificadas e centradas	Identidades descentradas, em fluxo
Estado-nação como <i>locus</i> privilegiado	Celebração do local e do global: “glocal”
Poder centralizado, unificado, autoritário	Difuso, disperso, fragmentado, democrático
Macropolítica	Micropolítica
Linguagem descreve e nomeia a realidade	Linguagem constrói a realidade
Articulação de “cima para baixo”	Articulação de “baixo para cima”
O autor detém a interpretação última	Barthès: “Morte ao autor. Viva o leitor.”
O artista cria e possui a arte	O artista é reproduzidor de arte: colagem, montagem, pastiche, releituras, mixagem
Supremacia do livro impresso e da biblioteca como sistema de saber autêntico	A hipermidia transcende os limites do impresso, intertextualidade digital
Mídia centralizada, redes de notícias internacionalizadas, conglomerados de entretenimento	Nichos e segmentação, <i>Youtube</i> , <i>Facebook</i> , <i>Twitter</i> , <i>Wikipedia</i> , blogs, rádios e canais locais e independentes, <i>web streaming</i>
Analgógico, monocromático e conservador	Digital, multicromático e revolucionário
Produtos unos, acabados e autenticados	<i>Work-in-progress</i> , reciclagem, <i>remake</i>

Tabela 1: quadro comparativo entre a modernidade e a pós-modernidade.

Na área de RI, o fim da Guerra Fria foi decisivo para o reconhecimento de que seus alicerces precisavam ser revistos. Com efeito, se houve uma característica que permeou a expansão e a consolidação dessa área de saber como novo ramo de conhecimento foi o fato de ela ter se desenvolvido tendo a lógica da bipolaridade entre EUA e URSS como principal referencial. 1991, como epitáfio do meio século de bipolaridade, a desintegração da União Soviética suprimiu o pólo oriental do conflito vigente até então. A Guerra Fria chega a seu fim e, com ela, caem as fronteiras ideológicas e geopolíticas desenhadas em Yalta e Potsdam.

O evento em si - o fato de uma superpotência renunciar voluntariamente a sua condição favorável e singular<sup>15</sup> - era praticamente inédito na história das relações internacionais. A possibilidade não se encontrava prevista nas teorias de “transição de poder” de Gilpin (1981) ou de Kennedy (1989). Talvez seja essa a razão pela qual o fim da Guerra Fria, sobretudo da forma como ocorreu, sem guerra, tenha escapado a toda e qualquer previsão ou antecipação por parte dos analistas de RI. Independentemente de quaisquer interpretações sobre as causas do fim da Guerra Fria, uma importante consequência foi o surgimento de um cenário de confusão teórica, para o qual os referenciais tradicionais mostraram-se inadequados.

Segundo Knutsen (1997), a realidade bipolar da política internacional foi abruptamente substituída por algo indefinido e que de forma alguma correspondia à situação anterior à do pós-1945. Ao observar que o “antigo e conhecido mundo da Guerra Fria” chegara a seu fim na década de 1990 de forma inesperada, Knutsen (1997) destaca como os conceitos tradicionalmente empregados para a observação e compreensão



da realidade perderam sentido. Sua “elegante simplicidade”<sup>16</sup> norteou, por décadas, a produção de conhecimento na área. Agora, de forma inesperada e abrupta, a área de RI perdera sua principal bússola, mergulhando em um estado de confusão.<sup>17</sup>

Para Buzan e Little (2001: 21), a principal consequência dos tempos de crise e de pós-modernidade tornados explícitos com o fim da Guerra Fria é a necessidade de abandonar a concepção de sistema internacional em termos de relações entre Estados soberanos:

*O final da Guerra Fria foi marcado por uma explosão de interesse nas questões sociológicas de identidade e nas questões sobre a moralidade e legalidade dos direitos humanos. Assim, nas últimas décadas, tem crescido a consciência de que o objeto de estudo das Relações Internacionais é um sistema internacional que não se resume somente a uma construção político-militar, mas que é também econômica, sociológica e histórica.*

Torna-se necessário repensar o objeto de estudo da área de RI. Paratanto, impõe-se a incorporação de questões metateóricas e a abertura a outros ramos das Ciências Humanas. As abordagens críticas identificadas por Keohane (1988) já vinham buscando a reflexão sobre o tipo de conhecimento produzido em RI. Ao questionarem os pressupostos tradicionais da área, foram derrubando aos poucos os muros que os separavam da Sociologia, da Filosofia, da Linguística e da Psicologia. Assim, apesar de ser considerada a menos reflexiva e a mais fechada de todas as Ciências Humanas<sup>18</sup>, a área de RI começou a abrir-se, timidamente, para ideias e conceitos que já gozavam de relativo sucesso em ramos correlatos. Afinal, se tempos de crise exigem novos referenciais, por que não buscar renovação em ramos próximos?

Como bem destacaram Nogueira e Messari (2005: 10), houve uma espécie de tomada de consciência para o fato de que a área de RI não se

encontrava assim tão longe de suas irmãs. Na verdade, “os dilemas e os desafios analíticos e conceituais colocados para a área não eram de natureza diferente nem obedeciam a lógicas diferentes dos dilemas e desafios encontrados por outras áreas do conhecimento”. Não se tratava de “reinventar a roda”; e sim, expandir as fronteiras da área, tornando-a mais plural e menos paroquial.

Além disso, o momento estava marcado por uma inquieta insatisfação com relação às teorias dominantes na área. Era um momento de descontentamento e desconforto, devido à homogeneização promovida pela “Síntese Neo-Neo” diagnosticada por Waeber (1996), era grande o apetite por abordagens alternativas. Sentindo-se asfixiados pelas limitações do racionalismo e do positivismo, os chamados “insurgentes” (BROWN, 1994) e “dissidentes” (GEORGE; CAMPBELL, 1990) propuseram-se a rever as premissas da área de RI. Sob um clima de inquietação criativa, aquilo que Lapid (1987) havia previsto sobre o “Terceiro Debate” começou finalmente a dar frutos.

Com efeito, os tempos de crise trazem as sementes da possibilidade de sua superação. Assim como os tempos de crise do período Entre-Guerras permitiram o nascimento da área de RI, esse novo momento de crise nos convida a ousar, criar, refletir sobre conceitos e modelos, a desafiar convenções e a propor alternativas para o conhecimento da realidade. Veremos a seguir como pensadores de outros ramos próximos influenciaram os esforços de insurgentes e dissidentes na articulação da crítica pós-moderna/pós-estruturalista em RI.



# **PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS DA CRÍTICA PÓS-MODERNA/PÓS-ESTRUTURALISTA**



### 3 - PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS DA CRÍTICA PÓS-MODERNA/PÓS-ESTRUTURALISTA

Antes de avançarmos, porém, faz-se necessário esclarecer as razões que nos levam a empregar o binômio “pós-modernismo/pós-estruturalismo”; melhor ainda, faz-se necessário distinguir ambas as designações, mesmo que brevemente. Existe um intenso debate sobre o que seria pós-modernismo e como ele difere do pós-estruturalismo. George e Campbell (1990), por exemplo, reconhecem que há diferenças muito sutis entre os dois pensamentos<sup>19</sup>, apesar de não entrarem em maiores detalhes.

O pós-estruturalismo deve ser entendido como crítica, e não oposição, ao estruturalismo tributário da Linguística saussuriana. Saussure concebia linguagem como sistema de significados no qual os elementos são definidos por relações de equivalência e oposição recíprocas. Essas relações formariam uma estrutura de significados produzida e reproduzida por práticas sociais no âmbito de determinada cultura. Contudo, ao invés de enfatizar o caráter estrutural do sistema, a crítica pós-estruturalista, em muito devido à contribuição de Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Roland Barthes, Jacques Derrida e Julia Kristeva, buscou problematizar os significados pela valorização da instabilidade e da fragilidade dos processos de produção de sentidos. Já o pós-modernismo, refere-se à crítica e à problematização do bloco histórico específico chamado modernidade.

Especificamente na área de RI, Hansen (2006: 3) explica que o termo “pós-estruturalismo” é empregado para designar o conjunto de críticas originárias na Linguística e na Teoria Social, enquanto que

“pós-modernismo” é mais empregado para fazer referência à crítica à modernidade<sup>20</sup> (HANSEN, 1996; WAEVER, 2002). Entretanto, considerando que ambas as vertentes críticas compartilham a crítica e a rejeição às premissas que ancoram as teorias dominantes de RI, não causa surpresa o recurso ao binômio “pós-modernismo/pós-estruturalismo” em manuais e coletâneas de ensino.

Os internacionalistas pós-modernos/pós-estruturalistas desenvolvem suas críticas às teorias dominantes com base em três vértices:(1) a questão poder/saber;(2) a performática da e (3) a (inter)discursiva da política. O que os une é a denúncia da área como rede de articulação e de (re)produção de dominantes que geram verdadeiros regimes de verdade sobre o que deve ser reconhecido como conhecimento, tema ou pensamento legítimo na área de RI. Este seria o principal meio, argumentam, de excluir realidades, atores e saberes, dominar a forma de produzir conhecimento e autorizar somente determinados tipos de saberes, excluindo alternativas de reflexão sobre a realidade.



### 3.1 - NIETZSCHE E O PERSPECTIVISMO CRÍTICO

Muito antes dos primeiros sinais do outono da modernidade, como vistos em Auschwitz, Hiroshima e Nagasaki, Friedrich Nietzsche já se perguntava se o racionalismo Iluminista admitia uma justificativa racional. Para o filósofo alemão, a característica dominante da humanidade do final do século XIX era o niilismo<sup>21</sup>, que se manifestava por uma verborragia destituída de qualquer tipo de comprometimento com um novo tipo de moral. A crítica de Nietzsche em relação à decadência da modernidade europeia se articula com sua rejeição aos ideais de crescimento e progresso. Em sua narrativa sobre o “Último Homem”, Nietzsche (1961) via um mundo desumanizado pelo triunfo da racionalidade, um tema que posteriormente teria grande ressonância em Max Weber, motivando-o a caracterizar a razão como uma “jaula de ferro”.

Ao articular conceitos importantes como o “retorno eterno”, a “morte de Deus”, “vontade de potência” e a “transvaloração de valores”, Nietzsche desenvolve uma proposta de perspectivismo crítico sobre a epistemologia racionalista e positivista que caracterizava a modernidade. De certa forma, ele já antecipava a principal preocupação do pensamento antifundacionalista ao apontar que “a física é somente uma interpretação e arranjo do mundo (...) e não uma explicação” (NIETZSCHE, 1961: 26). Sua afirmação sobre a “morte de Deus” expressa o sentimento da perda de direção na definição do que seria certo ou errado. Se, por um lado, a religião havia

deixado de ser fonte exclusiva de código moral, por outro, sua substituição pela ciência e a razão reconduziu os indivíduos a um novo tipo de armadilha.

Tais considerações levaram Nietzsche a rejeitar as noções de que uma ordem cósmica ou física fosse possível e de que existiriam valores absolutos, leis objetivas e universais ligando os indivíduos. Entretanto, a ausência de uma base ou fonte moral seria uma situação insuportável, levando a humanidade ao niilismo. Para escapar dessa armadilha, Nietzsche argumenta que seria necessário encontrar uma fonte moral que transcendesse valores religiosos, para além do bem e do mal e de qualquer tipo de imposição. Somente uma verdadeira reavaliação das fundações dos valores humanos seria capaz de resgatar a humanidade da ameaça do niilismo. Tendo isso em mente, o filósofo propôs-se a investigar a genealogia da moral para refletir sobre as premissas da modernidade.

Para Nietzsche, não existe uma moral última, verdadeira e absoluta, mas apenas a moral de cada indivíduo. Assim, não haveria “A verdade”: somente a verdade de cada um, formando uma pluralidade de verdades, cada qual pertencendo a seu próprio tempo e agente. Assim, ele substitui a busca da verdade última praticada pelo cientificismo pela busca da verdade de cada indivíduo, relativizando e problematizando a própria noção de verdade.

Ao proclamar o fim da metafísica, Nietzsche (1992: 13) substitui conceitos como racionalidade, moral e liberdade pelas noções de responsabilidade, consciência e autonomia: “foi se revelando para mim o que toda grande filosofia foi até o momento: a confissão pessoal



de seu autor, uma espécie de memórias involuntárias e inadvertidas; e também se tornou claro que as intenções morais (ou imorais) de toda filosofia constituíram sempre o germe a partir do qual cresceu a planta inteira”. breve relato nos descreve o cerne da crítica pós-moderna/pós-estruturalista ao projeto da modernidade.

Para o filósofo, não existe uma realidade dada ou exógena ao indivíduo, mas sim uma constante interação entre indivíduo e meio. Não existe a possibilidade de um conhecimento objetivo e da separação entre sujeito e objeto. Menos ainda a possibilidade de uma verdade estática, última, absoluta, final e transcendente. O mundo é um fluxo contínuo, um eterno “fazer-e-refazer”, e não algo acabado, final e distinto de quem o observa. Não existem fatos, apenas interpretações que cada um produz acerca desses fatos. Torna-se impossível, portanto, conceber conceitos fechados, atemporais, descontextualizados.

Agora se entende como Nietzsche trata questões de poder e de liberdade. Para ele, se existe uma essência do homem, essa é a vontade de potência (*‘Wille zur Macht’*, em alemão), na qual o poder se revela um processo sobre o qual o homem possui autonomia: o homem é o agente de sua ação. Assim, poder não deve ser entendido como a capacidade de impor sua vontade aos outros, mas sim como um contínuo processo em que o homem se torna consciente de suas ações. Poder passa a ser entendido como processo criativo e ser livre é poder exercer a vontade de potência para criar. A crítica de à modernidade e à possibilidade de uma teoria unificada, ou de uma metanarrativa, será central na crítica pós-moderna/pós-estruturalista. Os

internacionalistas passam, então, ao desafio de repensar a área de RI, posicionando-se criticamente em relação às formas pelas quais conhecimento, verdade e significado são construídos e reproduzidos naquele ramo de saber.

Para Der Derian e Shapiro (1989: x), a área de RI estava se tornando cada vez mais “monocromática e monológica” devido à falta de reflexividade. Ao explorarem o potencial do perspectivismo de Nietzsche, eles não se limitaram a simular uma ruptura com a modernidade. Der Derian e Shapiro aproveitaram para rerepresentá-la, apontando-a como fonte da insatisfação por eles experimentada com os resultados daquele projeto. Eles buscaram desafiar as premissas que sustentavam o racionalismo e o positivismo a fim de reformular e problematizar os processos de produção de conhecimento em RI.

### 3.2 - FOUCAULT E AS REDES DE PODER/SABER

A exploração da crítica pós-moderna/pós-estruturalista inicia-se com a influência do filósofo francês Michel Foucault, cujo estilo denso e, por vezes, excessivamente abstrato pode dificultar a tarefa. Pensador de difícil classificação e rotulagem devido ao seu amplo espectro de interesses, ele acabaria reconhecido, sobretudo, como um grande crítico da modernidade. Entre seus diversos interesses, Foucault queria entender as condições históricas específicas da produção do conhecimento.

Ao levantar a genealogia das Ciências Humanas, Foucault



(1970) argumentou que elas não constituíam modos “naturais” de conhecimento e sim um tipo de saber que somente se tornou possível devido à existência de uma estrutura específica de pensamento dominante na época. Sua conclusão, portanto, é que o conhecimento possui história e passado: ele não é natural. Isso o levou a estabelecer uma relação entre poder e saber: a produção de conhecimento se faz possível apenas na presença de um discurso dominante que autoriza o que pode ser pensado, dito e imaginado sobre a realidade. Trata-se de uma relação tão estreita e coconstitutiva que ele denominou de “poder/saber” (FOUCAULT, 1980).

Em seguida, ao longo de diversas pesquisas sobre a história das práticas científicas, em especial em seus estudos sobre medicina (1975), prisões (1987), manicômios (1967) e sexualidade (1978), Foucault revelou como os diferentes tipos de discursos dominantes – concebidos como verdadeiras práticas de linguagem que criavam identidades, definiam o campo de ação e constituíam objetos e temáticas – controlavam os horizontes do conhecimento humano.

Seu interesse não residia no conteúdo do conhecimento per se, e sim em compreender a relação orgânica entre seus mecanismos de (re)produção e as práticas discursivas que o legitimam. Para Foucault, a produção do saber científico, ao constituir e consolidar as fronteiras de sua área de conhecimento, funcionaria como um discurso que busca se universalizar para receber legitimação. Ao se tornar dominante, o discurso cria e fortalece posições privilegiadas em relação à autorização do próprio saber, o que lhe confere o poder de criar realidades, sujeitos e identidades, privilegiando uns e excluindo

outros. Trata-se de uma concepção de poder que ultrapassa o sentido material ao criar novas categorias de senso comum. Assim, o discurso dominante cria, privilegia, reproduz e consolida estruturas sociais que seriam, na verdade, produto de circunstâncias históricas específicas, mas que foram legitimadas e naturalizadas no plano discursivo até perderem seu sentido contingente.

Em outra obra, Foucault (1972) investigou “arqueologicamente” as práticas de hierarquização de valores presentes nos discursos dominantes que criam e legitimam a produção do conhecimento. Postulou então que a realidade ou verdade era aquela ditada pelos que detinham o conhecimento, que, por sua vez, estariam sempre lutando pela manutenção do status quo de suas posições privilegiadas. Em suas palavras:

A verdade não existe fora do poder ou sem poder. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados pelo poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (FOUCAULT, 1979:12)

Se, na era pré-moderna, o poder estava ligado à tradição, em especial à Igreja, que impedia o questionamento da verdade, na sociedade moderna, ele passou para o controle daqueles que detêm o



saber científico. Assim, a modernidade deve ser entendida como uma construção discursiva na qual o saber ganha status de verdade, formando o que ele denominou de “regimes de verdade”. Aqueles no topo das estruturas de poder usam o saber para perpetuar a ordem que lhes assegura suas posições privilegiadas. Aqueles que aceitam os discursos naturalizadores da ordem estariam consentindo em ser dominados, pois rejeitam sua vontade de potência e abdicam de seu potencial de transformação.

Nesse sentido, o conhecimento prometido pelos Iluminismos, que conduziria os indivíduos ao fim da opressão, acabou disciplinarizando-os e escravizando-os. Foucault faz um convite à (re)tomada da consciência sobre o potencial humano para a crítica e a resistência aos discursos dominantes. Se a realidade constitui uma construção social e não é natural, a mudança é, portanto, possível. Ele entende que a verdade não se destina a explicar o mundo, mas sim a desmistificar saberes reificados em regimes de verdade. Essa seria a principal contribuição foucaultiana à crítica pós-moderna/pós-estruturalista.

Todavia, ao contrário do que outros críticos sugerem, isso não significa que os críticos pós-modernos/pós-estruturalistas desejem pôr abaixo o edifício do conhecimento científico. De fato, eles tentam evidenciar o papel dos discursos na naturalização da realidade, denunciar as posições privilegiadas encobertas pela ideologia que sustenta esses discursos e propor alternativas ao status quo. O compromisso, assim, é perceber, entender e problematizar as implicações políticas de saberes, teorias e modelos universalistas.

Recorrendo às palavras do filósofo italiano Vattimo (2008), os tempos de crise da modernidade marcam o “declínio do pensamento único”, “a perda das grandes certezas metafísicas” e “o fim das metanarrativas”. Trata-se, portanto, da “libertação dos esquemas metafísicos de origem marxista, hegeliana, positivista”, ou seja, “de tudo aquilo que a ideologia anterior chamava de progresso geral”. Contudo, é uma perda positiva, pois “o relativo ‘deserto’ pós-moderno abre também o caminho – ou poderá abrir o caminho – para uma nova concepção do humano ou do humanismo” (VATTIMO, 2008: 4).

### 3.3 - DERRIDA E A DESCONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS

Assim como Foucault, seu contemporâneo Jacques Derrida é outro pensador que inspirou a crítica pós-moderna/pós-estruturalista, em especial na caracterização da realidade como discurso e em sua proposta de desconstrução. Ao rejeitar a não-problematização do observador, ele introduz o tema do logocentrismo<sup>22</sup> em nosso debate.

Para o francês, a tradição do pensamento filosófico ocidental repousa sobre o recurso a dicotomias totalmente arbitrárias, visto que inexistente correspondência natural entre os elementos que a compõem. Os significados não seriam dados pela essência daquilo que se busca significar, mas sim por processos de diferenciação entre os elementos formadores das dicotomias. Nesse sentido, Derrida entende que a





principal característica do pensamento ocidental moderno reside na estruturação das práticas de conhecer com base em dicotomias – como “bem/mal”, “presença/ausência”, “fala/escrita”, “vida/morte”, “mestre/escravo”, por exemplo. Para o filósofo, os discursos tendem sempre a privilegiar um elemento em detrimento de seu par, que é percebido, por default, como negativo e indesejável.

Como explica Johnson (1981: viii), “o segundo elemento de cada par é considerado a versão negativa, corrupta e indesejável do primeiro”. Assim, a oposição sugere uma ordem hierárquica, em que se privilegia a unidade, a identidade, a presença e a constância em relação à fragmentação, à diferença, à ausência e à inconstância. A filosofia ocidental privilegiaria, assim, uma “metafísica da presença”, conforme a caracterização de Derrida (1976: 49).<sup>23</sup>

Para ele, os opostos não são iguais em valor, nem totalmente independentes um do outro. Cada um estaria contaminado pelo outro, o que significa a impossibilidade da existência de um estado totalmente puro. Portanto, não existe algo para “se fazer presente”, “mostrar”, “revelar”. O real é efeito da representação, já que o totalmente puro não existe. Essa lógica faz com que Derrida privilegie a escrita sobre a fala, pois é ela que articula e possibilita a produção das representações.

Ao afirmar que “não existe nada fora do texto”, Derrida (1976: 158) não quer negar a existência de um “mundo real” com “efeitos materiais”. Sua intenção é destacar como as estruturas, sejam elas econômicas, históricas ou sócio-institucionais, funcionam como um texto. Dito de outra forma, as estruturas agem como referentes.

Afirmar que não há nada fora do texto implica reconhecer que a realidade é estruturada por diferenças, da mesma forma que um texto. O acesso à realidade somente se dá pelas representações e suas respectivas interpretações. Não há, assim, presença fora do texto, fora da representação.

A importância dos discursos advém desse argumento: se o que existe não é a realidade como uma presença pura, mas somente sua representação, são os discursos que determinarão o que pode, ou não, ser representado e como será representado. Os discursos indicam a fronteira do possível. Sua proposta tenta compreender a realidade social como um espaço essencialmente discursivo, onde diferentes discursos competem entre si para fixar, estabilizar e naturalizar os sistemas de representação.

Para Derrida, todo texto, ou melhor, todo processo de produção de significados, contém hierarquias implícitas que foram naturalizadas por discursos de forma a impor ordem à realidade social e preservar posições de poder. Os discursos atuam na repressão de exclusões, subordinações e marginalizações praticadas pela linguagem. Entretanto, a contestação e resistência são possíveis devido a tal precariedade e instabilidade inerente à linguagem e à produção de significados. A indecibilidade do texto motivaria o questionamento e a subversão da interpretação para expor a naturalização de diferenças produzida pelos discursos dominantes. É preciso, assim, despertar o texto para sua plenitude.

Tal pensamento alimenta a rejeição dos críticos pós-modernos/pós-estruturalistas à visão positivista de que existe uma



realidade “lá fora” que pode ser representada de forma não-problemática, independentemente do sujeito que a observa. Para eles, o que existe são representações do real que aspiram a um status de verdade, que devem recorrer aos discursos para produzir o efeito de realidade que, no mundo moderno, legitima-se por meio das redes de poder/saber. A realidade deve ser entendida como um texto produzido por práticas discursivas interessadas em criar sistemas de significados que orientem e legitimem a ação política.

A obra de Derrida indica o caminho para a transformação social e a emancipação humana. Se a realidade não existe, mas somente os diversos modos de representação que são construídos a partir de práticas discursivas, então mudar os discursos implicar mudar a realidade. O primeiro passo reside, assim, na desestabilização da ordem hierárquica expressa nas dicotomias que estruturam o pensamento ocidental moderno. Deve-se, portanto, problematizar a relação “soma zero” encontrada nessas dicotomias, desfazer as paridades, subverter a hierarquia, desnaturalizar, tornar estranho. Trata-se de “desconstruir”.

Preocupado em desestabilizar hierarquias, conceitos e narrativas e em desnaturalizar o que teria passado a ser visto como total, permanente, necessário, universal, natural e normal, o esforço da crítica se volta para a interpretação do mundo como um texto, mostrando como as ideologias servem de lentes interpretativas pelas quais é possível conhecer e imprimir significado aos objetos que povoam a realidade.

### 3.4 - BARTHÈS, KRISTEVA E A INTERTEXTUALIDADE DOS DISCURSOS

Ciente de que uma palavra pode expressar inúmeros sentidos, assim como um texto admite múltiplas interpretações, o semiólogo Roland Barthes (1977) desenvolve a noção de “” para demonstrar o caráter multidimensional dos textos. Além da “escrita”, o texto contém dimensões históricas e retóricas que ultrapassam a mensagem pretendida pelo autor. Para Barthes, buscar a ‘textualidade’ significa identificar a ideologia que alimenta a interpretação do texto. Ou seja, trata-se de mapear os modos de pensamento específicos que contribuem para a definição de como se conhece e se compreende os significados atribuídos aos objetos que habitam a realidade. Pela textualidade, Barthes liberta o texto do autor e atribui à cultura a autoridade para sua interpretação<sup>24</sup>

Uma importante contribuição de Barthes reside na defesa que faz sobre a “morte do autor”, necessária para libertar o texto do monopólio de seu criador e entregá-lo ao leitor. Para Barthes, “um texto não é feito de palavras, libertando um sentido único, de certo modo teológico (que seria a ‘mensagem’ do Autor-Deus), mas um espaço de dimensões múltiplas, onde se unem e se chocam escritas variadas, nenhuma das quais é original”. Com base em analogia entre texto e fios têxteis, Barthes concebe o texto como “um tecido de citações”, alinhavadas por “inúmeros centros de cultura”, ao invés de produto de uma única experiência individual. O significado de um texto, sua ‘unidade’, não depende do autor, “e sim de seu alvo, seu



público”. Assim, “[d]ar autoria a um texto”, atribuindo-lhe uma única interpretação, seria “impor um limite ao texto”, pois ele contém múltiplas camadas e significados.

Sua ousadia reside na articulação entre a morte do autor e o nascimento do leitor, postulando o fim da autoridade da autoria. Ao recusar um único “significado teológico”, simbolizado pela mensagem do Autor-Deus, Barthès caracteriza a realidade como “um espaço multidimensional” que não pode ser explicado, somente “desfiado”. Nesse sentido, recusar a autoria é, em última análise, recusar a teologia divina: razão, ciência e ordem. Urge, então, o potencial de todas as dimensões interpretativas do texto: histórica, retórica, cultural, intencional, simbólica, mítica, estrutural etc. Em outras palavras, libertar o texto do autor e entregá-lo – em todas as suas possíveis e múltiplas interpretações – ao leitor. textualidade permite assim a subversão sugerida por Derrida: a inversão do poder na relação “autor/leitor”.

A noção de textualidade também se revela fundamental para a ampliação da interpretação e, por consequência, do potencial subversivo de um texto. Toda narrativa se inscreve em uma cultura. Nesse tocante, ela não se refere apenas às realidades extralinguísticas do mundo que a produziu, mas também a outras narrativas, textos, escritos ou orais, imagens e significados que a precederam: elas acompanham a narrativa, que as retoma, imita, modifica e reproduz. Essa “presença efetiva de um texto em outro texto” em uma “relação de copresença”, conforme caracterização de Genette (1982), é o que Julia Kristeva (1980) denominou de intertextualidade. Trata-se da

noção de que o significado nunca é transferido diretamente do autor para o leitor. Em vez disso, o texto é mediado, filtrado e atravessado por outros textos, tanto na ponta do autor quanto na do leitor. Decorre, então, a rejeição da autoridade do autor sobre o texto, libertando o texto para a apropriação.

Conforme explica Hansen (2006), a noção de intertextualidade nos faz perceber como os textos constroem seus argumentos e sua autoridade por referência a outros textos, recurso a citações diretas ou à adoção de conceitos-chave ou de frases de efeito. “Ao se ligarem a textos antigos, os textos novos recorrem ao status do texto anterior, mas esse processo de leitura e ligação também produz novos significados”, observa (HANSEN, 2006: 8). Em outras palavras, as referências originais nunca são reproduzidas de forma idêntica, mas acabam se entrelaçando e se adaptando ao texto e contexto atual de forma a produzir significados e representações totalmente novos. Um texto não admitiria um significado final e predeterminado: ele é formado por “um mosaico de citações”, fazendo com que cada texto seja gerado da “absorção e transformação” do outro (KRISTEVA, 1980: 66) em um processo incessante e sem previsão.

Se um texto não possui um significado único, fechado, acabado e se está aberto a inúmeras interpretações, dialogando com outros textos, de outras eras e fontes, num fluxo aberto e contínuo para fazer e refazer sentidos, o mesmo pode ser entendido das estruturas sociais. As contribuições de Barthes e de Kristeva destacam como o mundo não está pronto e acabado. A realidade, por ser produto da ação humana, seria um processo contínuo e aberto, suscetível de idas e



vindas, releituras e interpretações novas, o que impede entendê-la como um produto fechado, uno, acabado e fixo. Por meio dos embates entre múltiplos processos de significação e ressignificação, de idas e vindas, a realidade é construída, destruída e refeita, sem um plano ou projeto pré-determinado.

Como podemos ver, a couraça que blindava o campo de RI começa, assim, a ser furada aos poucos, fazendo com que as ideias fossem gradualmente recepcionadas na comunidade de RI. Com efeito, o sucesso das obras de Friedrich Nietzsche, Michel Foucault, Jacques Derrida, Roland Barthes e Julia Kristeva em outros ramos das Ciências Humanas chamou a atenção de acadêmicos da área de RI para importantes questões, como o papel da subjetividade, das redes de poder/saber, da cultura, das representações e dos discursos. Através de um intenso diálogo com a Teoria Social, sobretudo sua vertente europeia, essas questões são incorporadas ao campo de RI tendo como principais interlocutores autores como Alexander Wendt, Nicholas Onuf, Thomas Risse-Kappen, Friedrich Kratochwil, Michael Barnett, John Ruggie, Ernst Haas e Emmanuel Adler. Sintonizados com a chamada Virada Sociológica e preocupados com o dilema “agente/estrutura”<sup>25</sup>, esses autores ganharam espaço no mainstream de RI. De praticamente inexistente na década de 1980, o Construtivismo, principalmente a vertente aberta por Wendt, encontrou um lugar ao sol.

Já a incorporação das influências da Linguística em RI, sobretudo da noção de linguagem como construtora da realidade, ocorreu através da Virada Linguística, que foi determinante para a articulação da crítica pós-moderna/pós-estruturalista. O

reconhecimento de que a linguagem é ação política implica reconhecer a necessidade de compreender as normas que regem os atos de fala e os jogos de linguagem nos processos de construção da realidade social. A Virada Linguística permitiu a articulação e desenvolvimento da crítica pós-moderna/pós-estruturalista à área de RI, como veremos a seguir.





**A CRÍTICA PÓS-MODERNA/  
PÓS-ESTRUTURALISTA  
E A VIRADA LINGUÍSTICA**



#### 4. - A CRÍTICA PÓS-MODERNA/PÓS-ESTRUTURALISTA E A VIRADA LINGUÍSTICA

Entre as diversas contribuições que enriqueceram e diversificaram o ramo de RI, duas merecem destaque, a ponto de serem caracterizadas como “viradas”: a Virada Sociológica e a Virada Linguística. Enquanto que a Virada Sociológica, ao promover a aproximação da área de RI com a Teoria Social Europeia na tentativa de reinterpretar o debate “agente/estrutura”, foi rapidamente incorporada e disseminada pelos construtivistas<sup>26</sup>, a Virada Linguística teve maior ressonância com os críticos pós-modernos/pós-estruturalistas<sup>27</sup>, marcando-os de forma profunda e distinta em relação aos demais críticos.

A Virada Linguística terá importância fundamental para a articulação da crítica pós-moderna/pós-estruturalista na área de RI. Considerados mais radicais pela insistência em negar uma realidade a priori, os críticos pós-modernos/pós-estruturalistas optam por privilegiar o papel dos discursos nos processos de estabilização e fixação de significados que seriam instáveis e contingentes. Como corretamente identifica Hansen (2006: 25), “o desafio é mostrar ‘o quanto os discursos importam’ para a ação estatal ao provar, primeiro, o relativo poder explicativo do discurso em oposição às explicações materialistas e, segundo, o efeito causal da identidade na política externa”.

Até meados da década de 1980, o papel da linguagem na constituição da realidade foi por muito tempo ignorado na área de RI. Temas como linguagem e intersubjetividade sempre foram

considerados irrelevantes para a perspectiva essencialmente racionalista e positivista que dominava a produção de conhecimento sobre os fenômenos internacionais. Enquanto isso, em outros ramos de saber, sobretudo na Sociologia e na Filosofia, a contribuição da Linguística para a compreensão da realidade já vinha rendendo frutos<sup>28</sup>. No entanto, a área de RI permanecia relativamente intocada nesse sentido.

Se o saber em RI permanecia refratário às contribuições da Linguística, isso se devia em parte à forma pela qual a noção de conhecimento era concebida pelas teorias dominantes, isto é, os realismos e os neorealismos. Para Pin-Fat (1997: 81), a linguagem não entrava na equação neorrealista porque, de acordo com a cartilha waltziana, o intelecto do observador seria “soberano e distinto da realidade” que ele buscava entender. A identidade do teórico era perdida, rompendo a ligação entre o sujeito e as contingências tempo-espaco, como História, cultura e linguagem.

Aos poucos, as primeiras “invasões” da Linguística na área de RI começam a ocorrer pela influência do sucesso da obra de Saussure (1983) e Wittgenstein (1953) em outros ramos das Ciências Sociais. Enquanto a contribuição do primeiro foi destacar a natureza social da linguagem e dos processos de produção de significados, o segundo postulou a noção de que a realidade não podia ser compreendida senão como resultado de uma complexa prática social de construção da relação entre os objetos e seus significados sociais. Em comum, ambos conferiam centralidade ao papel da linguagem, reconhecendo-lhe sua natureza social e sua agência na construção da realidade.



Ao rejeitar a concepção positivista de linguagem como simples instrumento de descrição e representação do mundo, Saussure (1983) postulou que a linguagem era mais do que um conjunto de palavras que correspondiam a um conjunto de objetos. Recusando a redução da linguagem à função de nomenclatura prescrita pelo positivismo, o linguista suíço inovou ao propor a distinção entre língua ("langue", em francês, ou "language", em inglês) e fala ("parole", em francês, ou "speech", em inglês) em uma concepção estrutural da linguagem. Para ele, a língua é um sistema linguístico internalizado por uma coletividade de falantes, enquanto que a fala é o ato individual de expressar uma ideia interna, colocando a língua em ação. Dessa separação, surge a caracterização da língua como social, pertencente à esfera pública e, portanto, ênea, e da fala como psicológica, oriunda do plano privado e, por essa razão, ênea.

Contudo, ambas se encontram intimamente ligadas entre si por uma relação de dependência inescapável: a fala depende da língua para ser inteligível e a língua depende da fala para que se estabeleça historicamente. Infere-se, assim, que a linguagem deve ser entendida como um sistema dual – língua e fala – e altamente estruturado por normas sociais, visto que, embora a fala seja um ato individual, a linguagem estaria além do controle do falante. Assim, linguagem, para Saussure, é uma construção social, estando sujeita a constrangimentos sociais, históricos e políticos. Por conseguinte, ela não é neutra de valores.

A segunda grande contribuição do linguista francês para o presente debate reside no modelo de significação que ele propõe ao

investigar a unidade linguística primária: o signo ("signe", em francês, ou "speech", em inglês). com as noções de polissemia e denotação, Saussure descreve os signos como “entidades duplas” compostas, no plano da forma, por significantes ("signifiant", em francês, ou "signifier", em inglês) – que podem ser letras, números, sons, ou imagens – e, no plano do conteúdo, por significados ("signifié", em francês, ou "signified", em inglês) – o conceito ou a ideia a ser expressada. Apesar de ambos serem partes integrantes do signo, um existe sem o outro.

A recusa de Saussure em limitar o papel da linguagem à mera nomeação dos objetos que habitam a realidade, o que descarta a hipótese de linguagem como um conjunto de nomes que correspondem a um conjunto de objetos, implica a postulação da inexistência de ligação natural entre significante e significado para formação do signo. Tal noção nos faz reconhecer que a relação entre significante e significado é arbitrária: somente dentro de um plano discursivo específico é que a articulação entre significante e significado consegue gerar um sentido particular. A denotação implica o reconhecimento de que a significação de objetos que povoam a realidade dependeria de uma mediação discursiva.

Inexistindo correspondência natural ou automática entre as letras que compõem o significante e a ideia abstrata expressa pelo significado, a articulação entre ambos dependerá de uma mediação discursiva. Caberá ao discurso produzir a aparência de naturalidade ao construir a correspondência entre significante e significado, entre as letras e a ideia, entre a forma e o conteúdo. Através da articulação



discursiva, significados contingentes passam a ter a aparência de naturais, gerando aquilo que Foucault (1972) denominou de “categorias de senso comum”, que estabelecem novos “regimes de verdade”. No entanto, se o discurso é perturbado, a naturalidade desaparece, o caráter contingente e artificial dos significados vem à tona, o senso comum é questionado e a verdade perde sentido.

Com relação a Wittgenstein (1953), o austríaco demonstrou que a linguagem não se limita a nomear: ela constrói o que nomeia. Rejeitando a concepção positivista de linguagem como conjunto de palavras que descreviam o estado das coisas no mundo, Wittgenstein (1953) postulou que os objetos não possuem existência a priori: eles tomam vida na interação cotidiana no plano lingüístico, à medida que as palavras se relacionam entre si, recebendo significado. Ao afirmar “Significado é uso”, ele rejeitou a noção positivista de que as palavras seriam definidas com referência a objetos pré-existentes, seja no mundo “lá fora”, seja no plano dos pensamentos, dos ideais ou das representações mentais. Em vez disso, o austríaco via no uso efetivo da linguagem e nos atos de comunicação cotidiana a chave para entender o papel da linguagem nos processos de construção da realidade social. De grande relevância para a crítica pós-estruturalista são as noções de “jogos de linguagem”<sup>29</sup>, “atos de fala”<sup>30</sup> e “investigação gramatical”<sup>31</sup>. Nas décadas de 1970 e de 1980, sobretudo na França, o Estruturalismo de Saussure e a Filosofia Linguística de Wittgenstein foram apropriadas por expoentes de outras áreas, em especial da Antropologia, da Psicanálise, da Teoria Social e da Crítica Literária, na busca por superar o que viam como os limites dos próprios saberes.

Assim, o termo “pós” em “pós-estruturalismo” deixa de ser entendido como oposição às premissas estruturalistas para ser considerado como a tentativa de radicalizá-las e levá-las às últimas consequências. Reafirmando a centralidade do papel da linguagem na construção social da realidade, além de preservarem uma concepção estrutural da linguagem, os pós-estruturalistas radicalizaram ao enfatizar a natureza instável e precária dos significados, assim como a indeterminação da direção dos processos de significação.

Dessa forma, passou-se a reconhecer que a agência sobre a transformação social residia nos discursos. Considerando que ninguém detém monopólio sobre a linguagem e que ela é inerentemente instável, cabia aos discursos fixar significados, estabilizar interpretações e naturalizar categorias e representações da realidade. Todavia, tendo em vista a impossibilidade de alcançar estabilização e fixação absoluta conforme desejado, eles eram vulneráveis e suscetíveis a deslizamentos, falhas e contradições e, por isso, passíveis de contestação e de resistência. Da mesma forma como um discurso se torna dominante a ponto de criar e naturalizar uma realidade, ele também poderia se desestabilizar e abrir espaço para a emergência e hegemonização de um novo discurso.

Como bem resumiram George e Campbell (1990: 273), se a linguagem não se limita a descrever uma realidade essencial oculta, já que esta seria inseparável dos processos de construção social da realidade, o ponto de partida para a investigação dos fenômenos deveria ser a “relação entre as regras e as convenções dos ‘jogos de linguagem’, ou ‘formas de vida’ específicas, e seus significados sócio-histórico e





cultural”. A linguagem, assim, apresenta-se como a única ferramenta capaz de penetrar no texto e chegar aos significados.

Das considerações acima, surge uma série de importantes implicações para a área de RI: (1) a caracterização da linguagem como constituinte de realidades, sujeitos, identidades e interesses, o que exclui a possibilidade de uma verdade objetiva além das representações linguísticas às quais fazemos referência; (2) a concepção de linguagem como prática social e política para transformação ou conservação, no mais das vezes, da ordem social; (3) o reconhecimento das formas pelas quais os discursos reprimem diferenças e naturalizam hierarquias; e (4) o fato de que a busca pela emancipação requer a contestação e a resistência aos discursos dominantes. Tais implicações, exploradas e reconhecidas pela Virada Linguística, levou Booth (1997: 374) a incentivar que “os estudantes de Relações Internacionais dessem mais atenção à linguagem, já que as palavras tanto afetavam quanto refletiam a realidade”. Aparentemente, foi o que fizeram<sup>32</sup> ao deslocarem o foco de análise da materialidade para a subjetividade, a interpretação e os significados.

Conforme corretamente percebeu Barros (2006), ao levarem a Virada Linguística a seu extremo, os pós-modernos/pós-estruturalistas têm como objetivo a busca por momentos de aporia, de não-fixação de significados e de silêncios capazes de sinalizar que uma articulação discursiva se encontra desestabilizada e, portanto, desligada das dicotomias que buscavam fixá-la. Esses momentos são significativos de crise, pois expõem as fissuras e as falhas nos discursos por onde se tenta contestá-los e, assim, opor-lhes resistência. A natureza instável

da linguagem faz com que a crítica pós-moderna/pós-estruturalista reconheça a importância das subjetividades, dos mecanismos de (re)produção de discursos e dos processos de construção de identidades no interior de formações discursivas específicas (FOUCAULT, 1987).

Ao construir uma ponte entre RI e os Estudos de Linguagem, a Virada Linguística incentiva o reconhecimento do papel da linguagem na construção da realidade internacional. Ao conceberem que a realidade não admite ser conhecida fora da linguagem, razão pela qual os significados estariam ligados, de forma inexorável, à própria constituição da realidade, os críticos pós-modernos/pós-estruturalistas influenciados pela Linguística passam a dar atenção especial aos processos de significação, aos “jogos de linguagem” e aos mitos na construção social da realidade internacional.

Entre as incursões mais relevantes da Virada Linguística na crítica pós-moderna/pós-estruturalista na área de RI, destacam-se a desconstrução do conceito de anarquia articulada por Richard Ashley (1988), a desconstrução da dicotomia “externo/interno” proposta por Walker (1993), a crítica ao discurso de política externa articulado por Campbell (1990, 1998a, 1998b), a crítica à hiper-realidade virtual das práticas antidiplomáticas de James Der Derian (1989, 1992, 1995, 2009) e a crítica às “cartografias violentas” das relações internacionais feita por Michael Shapiro (1984, 1988, 1989, 1997, 2009), que veremos a seguir.



**A CRÍTICA PÓS-MODERNA/  
PÓS-ESTRUTURALISTA  
NOS ESTUDOS DE RI**



## 5. - A CRÍTICA PÓS-MODERNA/ PÓS-ESTRUTURALISTA NOS ESTUDOS DE RI

O principal objetivo dos críticos pós-modernos/pós-estruturalistas é demonstrar como as teorias dominantes tornaram-se um discurso de poder estatal reproduzido por redes de poder/saber a fim de disciplinarizar o que seria ou não conhecimento legítimo – e, portanto, temas e problemas legítimos – em RI. Seu grande desafio reside em reconduzir a ética ao centro da prática política, propondo repensar as análises de relações internacionais e de política externa de forma alternativa. Em especial, eles procuram fugir dos postulados racionalistas, positivistas e materialistas reproduzidos pelas teorias dominantes, que concebem política externa como reação, por parte de Estados com identidades pré-determinadas e interesses estáveis, às forças físicas que atuam em objetos materiais, partindo do exterior.

De certa forma, os críticos rejeitam a noção de que o imperativo da busca pela sobrevivência do Estado em um mundo físico independente e hostil deva orientar as opções políticas. Para eles, esse tipo de entendimento, ainda preso à “camisa-de-força vestfaliana”, toma como dados conceitos e categorias que pós-modernos/pós-estruturalistas querem problematizar. Assim, as análises tradicionais sobre relações internacionais, sejam elas produzidas no marco neorrealista ou neoliberal, estariam mais preocupadas em formular modelos explicativos, generalizar postulados e gerar previsibilidade do que, efetivamente, promover a ética da liberdade.

Dito de outra forma, as análises tradicionais ainda buscam o tal “ponto arquimediano” para ancorar análises e recomendações de

policy, o que as torna deficientes, incompletas, insatisfatórias e fadadas a reproduzir desigualdades. Adotando a classificação de Lynn-Doty (1993), são análises orientadas por perguntas do tipo “por quê?” devido à sua preocupação em compreender a motivação de um comportamento específico para que seja possível prever sua recorrência no futuro. Sua motivação de fundo limita-se, portanto, a “calcular a probabilidade de determinado resultado ou comportamento político” (LITTLE, 1991: 4).

A rejeição de tal abordagem tradicional se torna mais clara a partir da crítica que fazem a um conceito-chave para a área de RI: o de “interesse nacional”. Presas a uma noção pré-determinada, fixa, estável e monolítica do que seria “interesse nacional”, as análises tradicionais de política externa não conseguem conceber os processos sociais de construção do Estado, dos interesses, do sistema internacional e da própria realidade. Por tais razões, elas reproduzem, em sua essência, o legado de Hans Morgenthau, que definia interesse nacional em termos de poder.

Para o emigré considerado um patriarca dos realistas, a noção de interesse nacional deveria ser seguida como “o principal indicador” para que o tomador de decisões pudesse “achar seu caminho através da paisagem da política internacional” (MORGENTHAU, 1978: 5). Seu conteúdo, afirma Morgenthau, deveria ser inferido da anarquia, do caráter de autoajuda do sistema internacional. Assim, presos no “dilema da segurança” (HERZ, 1951), os Estados deveriam deduzir racionalmente seus interesses nacionais, cujos objetivos deveriam ser sempre orientados para “proteger sua identidade física, política e



cultural contra a intromissão de outras nações” (MORGENTHAU, 1951: 972).

No entanto, para os críticos em geral, a proposição de Morgenthau era por demais vaga. Como bem aponta Sonderman (1987: 60), o conceito é “muito extenso, muito geral, muito vago e inclui muita coisa”. Postular que os Estados buscam sua sobrevivência em um ambiente hostil e que deveriam, portanto, identificar e perseguir seus interesses nacionais, não oferece muito em termos das escolhas específicas que confrontam os formuladores de política externa. A expressão “identificar e perseguir os interesses nacionais” acaba virando uma caixa vazia e despida de qualquer “conteúdo substantivo”, observa Rosenberg (1990: 291).

De fato, a lógica da existência de um interesse nacional passível de identificação racional e objetiva se baseia na suposição, visto como incorreta pelos críticos pós-modernos/pós-estruturalistas, de que a realidade seja um domínio independente e acessível a observadores; de que haveria algo chamado “interesse nacional” que pode ser identificado e perseguido por políticas adequadas. Conforme sustenta Jutta Weldes, os interesses, assim como realidade, atores e poder, não seriam autoevidentes: “objetos e eventos não se apresentam sem problemas ao observador”, todos seriam “produto de interpretação, de subjetividade” (WELDES, 1996: 279).

Para os críticos pós-modernos/pós-estruturalistas, a recusa das análises tradicionais em problematizar conceitos, categorias e realidades indicam justamente aquilo que Luttwak (1994) havia identificado como “o preconceito iluminista” inerente ao realismo e

suas revisões posteriores. Tal preconceito teria feito que uma geração de acadêmicos de RI privilegiassem análises do tipo “por quê?” devido à premissa estratégico-racionalista presente nos discursos realistas e neorrealistas que dominavam a área de RI.

Mesmo concordando, em parte, com a proposta construtivista de Wendt (1992, 1999) para o “dilema agente/estrutura”, especificamente com sua concepção de coconstituição entre identidades e interesses, os críticos entendiam que seria necessário rejeitar a noção do imperativo de sobrevivência do Estado devido à existência de uma suposta estrutura anárquica do sistema internacional. escrever que “anarquia é o que os estados fazem dela” (WENDT, 1992: 395), ele defende que a estrutura anárquica que os neorrealistas e os neoliberais dizem determinar o comportamento dos Estados seria uma construção social<sup>33</sup>. Rejeita-se, assim, conceber política externa com base na existência a priori de uma “realidade lá fora”, cuja estrutura seria predeterminada como anárquica, com Estados acabados e eternos, dotados de identidades e interesses fixos e imutáveis. A possibilidade para ação não se encontra na realidade (a estrutura), nem nos Estados (os agentes), mas na interpretação e nos significados que lhes são atribuídos.

Com efeito, conforme define Weldes (1996: 280), a noção de interesse nacional seria uma “construção social convertida em objeto de significado com base em significados criados intersubjetiva e culturalmente por meio dos quais se compreende o mundo e, em especial, o sistema internacional e a posição que os Estados ocupam nele”. Ela argumenta ainda que “o interesse nacional emerge das





representações através das quais diplomatas e servidores públicos compreendem o mundo”. Como isso acontece?

Recorrendo a um universo de elementos culturais e linguísticos à disposição no mundo, criam-se representações que constroem objetos (ex.: Estados, interesses, formuladores de política, instituições, atores não-estatais, movimentos sociais etc.) e atribuem-lhes uma identidade (ex.: agressivo, cooperativo, hostil, pacífico, não-ameaçador, revisionista etc.) que pareça aceitável e razoável. Ao imaginarmos um Estado qualquer que tenha sido socialmente construído como agressivo às democracias ocidentais, por exemplo, toma-se como razoável e aceitável presumir que ele se aliasse a outros regimes totalitários.

Quando uma determinada representação das relações internacionais é formulada, ela é povoada com objetos, ao mesmo tempo em que recebe identidades. O sistema de representações e de significados então resultante define a identidade (agressivo a democracias) e o comportamento daquele Estado (buscar aliança com regimes autoritários). O interesse nacional recebe conteúdo e significado no momento em que é transformado em objeto de interpretação, de discurso. Assim, como já argumentou Wendt (1992: 398), se “as identidades estão na base dos interesses” e se essas são fruto de processos de significação e interpretação, prescinde-se de teorias que esclareçam a “estrutura intersubjetivamente construída de identidades e interesses” dos Estados (WENDT, 1992: 401).

Entretanto, para críticos pós-modernos/pós-estruturalistas, Wendt deveria ter incorporado mais do que somente os elementos

ideacionais e materiais em sua reflexão sobre a relação de coconstituição entre estruturas e agentes. Sua reflexão deveria se estender, necessariamente, ao campo do simbólico em termos de produção de significados de forma a recepcionar subjetividades múltiplas. Por tais razões, decidem os críticos buscar uma abordagem que conceba uma realidade na qual os objetos, os sujeitos e as ações possuam significados e que reconheça a natureza instável e performática das identidades que lhe são atribuídas. Em outras palavras, deve-se optar por uma abordagem capaz de dar conta daquilo que Foucault (1972: 49) caracterizou de “práticas que sistematicamente formam os objetos sobre os quais falam”. Ou seja, uma prática de análise de RI que leve em conta o papel dos discursos como práticas sociais de (re)produção de significados e de representações.

Por tais razões, a crítica pós-moderna/pós-estruturalista se recusa a pressupor a existência a priori realidades, agentes e interesses, ou a privilegiar determinados indivíduos ou coletividades como loci de significação. Ao invés disso, apontam para a autonomia da linguagem na construção social da realidade e dão destaque às formas pelas quais estruturas, agentes e identidades são construídos dentro de práticas discursivas.

Além disso, ao adotarem uma noção foucaultiana de poder, são capazes de o perceberem para além da mera expressão de capacidades materiais dos agentes, superando uma grave deficiência do legado waltziano. Finalmente, ao serem capazes de enxergar nos discursos a principal agência na construção das realidades, os críticos pós-



modernos/pós-estruturalistas se revelam melhor equipados para responder satisfatoriamente a perguntas do tipo “como?”: como uma determinada realidade é produzida e como ela cria as condições de possibilidade de estruturas, interesses e políticas. Esta é a principal contribuição que autores como Richard Ashley, R. B. J. Walker, David Campbell, James Der Derian e Michael Shapiro oferecem à área de RI, conforme veremos nas seções a seguir.

## 5.1 ASHLEY E A DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ANARQUIA

Ashley já havia despontado como brilhante teórico de RI na década de 1980, em grande parte devido a sua crítica ao neorealismo (ASHLEY, 1984). Contudo, seu trabalho ainda se encontrava mais próximo da Teoria Crítica do que do pós-modernismo. Seus artigos posteriores dedicados à geopolítica (ASHLEY, 1987) e à problemática da anarquia (ASHLEY, 1988) indicavam uma rápida e firme aproximação com o pós-modernismo<sup>34</sup>, o que se efetivaria com a inclusão de seu artigo (ASHLEY, 1989) na primeira coletânea reconhecidamente pós-moderna/pós-estruturalista na área de RI (DER DERIAN; SHAPIRO, 1989). Inspirando-se em Foucault, Ashley problematiza a relação entre o saber teórico da área de RI e o exercício do poder por parte de certo tipo de sujeito, julgado como competente e racional, ator único e privilegiado nas relações internacionais: o Estado.<sup>35</sup>

Ashley desenvolve o argumento de que, ao aplicar o logocentrismo típico do pensamento ocidental, a área de RI cria um mundo dividido em duas esferas opostas – a internacional e a doméstica – distintas e

irreconciliáveis devido a sua natureza. A área produz e consolida discursivamente uma visão da política moderna articulada com base na dicotomia soberania/anarquia, que se torna central para viabilizar o próprio projeto da modernidade. Sua proposta é desconstruir o discurso tradicional de RI, especialmente o conceito de soberania, para demonstrar como as dualidades expressas por esse conceito (interno/externo, cidadão/estrangeiro, ordem/desordem etc.) não são naturais, lógicas, imutáveis, e sim historicamente contingentes.

Ashley via o Estado engajado em contínuas práticas de reafirmação e de manutenção de sua posição privilegiada, que ele denomina de “práticas heroicas”, cuja mensagem aos indivíduos seria a submissão racional ao Estado soberano em troca de ordem, de estabilidade, de proteção e de previsibilidade ou então o mergulho na incerteza, na imprevisibilidade, na desordem e na violência da anarquia. Assim, a formação discursiva por ele apontada atribui simultaneamente ao Estado um elenco de características positivas e à anarquia, seus opostos negativos. Nesse sentido, o Realismo e suas vertentes, ao incorporarem essa lógica em seus discursos, reafirmando o Estado como única solução possível para os indivíduos, reproduz a “prática heroica” de reafirmação do Estado.

Ao propor a desconstrução dessas práticas heroicas, Ashley retira do Estado suas características de entidade estável, homogênea, unitária, ahistórica e imutável e problematiza o próprio fundamento no qual ele se sustenta (a dicotomia anarquia/soberania). Ele argumenta que o discurso da área de RI se caracteriza pela transferência das contradições presentes dentro das comunidades políticas para a esfera



externa, transformando as diferenças dentro das sociedades em diferenças entre Estados, legitimando a existência de um poder estatal soberano e unificado para manter as esferas separadas.

Ashley coloca em evidência como o discurso da soberania apresenta o Estado como entidade sem origem, sem passado. Nesse sentido, ele fala como a área de RI se esforça em esquecer que a origem do Estado está ligada à própria origem do processo de formação do sistema internacional. Dessa forma, ele denuncia o Estado como construção histórica e contingente a especificidades, e não um dado natural.

Em sua crítica à caracterização de Waltz (1979, 2004) para as relações internacionais – “o homem, o Estado e a guerra”, Ashley (1989) aplica o método da desconstrução de Derrida para mostrar de que forma Waltz desenvolveu uma teoria da História com base em um procedimento logocêntrico. Seu ponto de partida é identificar como ele concebia o “homem” em oposição direta à “guerra”, privilegiando o primeiro sobre o segundo. Waltz entendia o homem como um ser de identidade pré-estabelecida e racional, enquanto que as esferas da anarquia e da guerra eram representadas pela ausência de racionalidade. A racionalidade do homem ocidental somente atinge o status de soberano ao caracterizar o caos como seu oposto necessário. Com efeito, a racionalidade humana de Waltz exigia o caos para ser soberana.

## 5.2 - WALKER E A DESCONSTRUÇÃO DA DICOTOMIA “INTERNO/EXTERNO”

Robert Walker, que repetiu movimento semelhante ao de Ashley ao se afastar da Teoria Crítica para se aproximar do pós-modernismo/pós-estruturalismo, dedica-se a criticar o realismo e o conceito de soberania, além de examinar a relação entre teoria política e teoria de relações internacionais. Em seus primeiros textos<sup>36</sup>, ele busca apontar como nossa imaginação política foi discursivamente atrelada à figura do Estado, sendo circunscrita às fronteiras territoriais do Estado soberano. Apenas no Estado é que os indivíduos tornam-se sujeitos e cidadãos, e somente como cidadãos, dotados de direitos e deveres, é que eles se viabilizam como seres humanos. Nessa representação do mundo, o pertencimento dos indivíduos a um Estado e sua localização dentro de um território nacional demarcado definem sua existência e identidade. Daí a importância para o Estado de sua prerrogativa em “produzir fronteiras”: em delimitar quem está dentro ou fora delas. O discurso do espaço do Estado exclui e inclui práticas e corpos, delimitando o próprio sujeito moderno.

Walker volta-se, então, para a relação entre as teorias internacionais e a teoria política. Ele busca entender o paradoxo de uma área que insiste em localizar na política do poder o marco de sua especificidade. Em tempos de globalização, fluidez e aceleração da relação espaço-tempo, além de porosidades de fronteiras, o espaço territorial privilegiado inventado pela modernidade na figura do Estado se encontra sob tensão, argumenta. Entretanto, teorias de RI



insistem em privilegiar esse ator por meio de discursos que constroem permanentes ameaças a sua sobrevivência, além de não problematizarem o caráter absoluto da suposta soberania estatal (WALKER, 1993: 3-4).

A grande inovação de Walker reside no deslocamento dos pontos principais de discordância da esfera da política internacional para a da teoria política geral. Para Walker, enquanto a esfera política doméstica é representada como o domínio do progresso e a origem da cidadania e da ética, a esfera internacional é descrita como um ambiente anárquico, despido de comunidade, de progresso e de valores. Essa imagem constrói o internacional como sendo divorciado da ética e condenado à repetição e à reincidência, sem progresso, sem evolução<sup>37</sup>. Sua crítica reconduz a teoria de RI a seu contexto original: a teoria política.

Ao destacar como o discurso dominante em RI efetua uma separação entre ambas esferas, ao mesmo tempo em que converte tal separação no argumento constitutivo do pensamento político moderno, Walker chama atenção para como a área de RI nasce e sobrevive de dicotomias e exclusões. A produção de saberes em RI seria, assim, uma prática de reprodução de diferenças: utopia/realismo, identidade/diferença, dentro/fora, comunidade/anarquia etc. Demonstrar o caráter historicamente constituído e contingente dessas categorias seria uma forma de criticar os processos de reificação em curso em RI.

A própria separação conceitual entre Teoria Política e Teoria Internacional serviria à manutenção do privilégio daqueles que se

beneficiam da ideia de sistema internacional conforme concebida hoje, argumenta Walker. A separação entre o de “dentro” e o de “fora” – o nacional e o internacional – leva-nos a pensar que a ética somente pode ocorrer dentro do Estado, enquanto o internacional seria o lugar da amoralidade, já que é anárquico. Para Walker, a separação entre o interno e o externo, identificando-se o primeiro com a ordem e o segundo com a anarquia, seria a principal característica do discurso da RI. A prática dessa falsa separação estaria impedindo a ação ética no espaço internacional, pois esse é sempre evocado como “terra de ninguém”, onde é a força que determina o comportamento.

Corroborando as ideias de Walker, eis a argumentação de Der Derian (1995: 5) sobre a falta do pensamento ético na teoria na política internacional:

*Aceitar o realismo, como fez a teoria internacional, como o reflexo mais do que a construção da política mundial, foi aceitar as coisas do jeito que elas eram: as necessariamente dadas condições de anarquia e (ao menos em sua primeira forma inglesa) do mal; a permanência da alienação e a sanção para usar a força contra ela; e a universalidade de uma vontade de poder que seduziu os homens de estado e os candidatos a conselheiro do príncipe. Como resultado, a teoria internacional, muito frequentemente, seguiu os caminhos da menor resistência ética ao fatalismo, ao dogmatismo e ao cinismo.*

Além de argumentar que a exclusão da ética do espaço internacional é inerente ao entendimento da ordem internacional com base em teorias tradicionais, os pós-modernos/pós-estruturalistas





também analisam como a preservação da ideia de Estado se faz necessária ao discurso ortodoxo, pois ele é a representação maior da separação entre o espaço moral organizado e a anarquia. O diferente é excluído do interior dos Estados pela construção de uma comunidade política que se define por sua universalidade e por sua coesão interna. Independentemente de como são conhecidas e apresentadas, é necessário abrir espaço para as práticas de reflexão com o objetivo de criticar e problematizar o dualismo presente nos alicerces da ciência moderna. Para tanto, as dicotomias presentes nos discursos científicos dominantes, sobretudo na área de RI têm sido examinadas em seus contextos específicos de forma a expor sua natureza contingente, arbitrária e autoritária. O desnudamento do caráter contingente dessas dicotomias nos abre caminho para refletir de que forma modos de subjetividade, de objetividade e de conduta são construídos e impostos na cultura ocidental moderna (ASHLEY;WALKER, 1990: 264).

Walker (1993) identifica três maiores deficiências da área de RI: (1) trata como eternas e dadas diversas categorias e dicotomias que seriam, na verdade, historicamente construídas e, portanto, passíveis de mudança; (2) peca ao não considerar as formas como o mundo político, nacional e internacional estaria mudando devido às transformações da pós-modernidade; e (3) exclui, ou elimina pelo silêncio, teorias e práticas alternativas que poderiam permitir uma melhora na condição humana nos níveis local, nacional e internacional. Daí seu chamado para o “abandono da camisa-de-força teórica” que funciona sob o nome de “Estado-nação” e para a busca de

um conteúdo novo, mais plural e democrático na análise das relações internacionais.

Em sua obra mais recente, Walker (2010) confronta as formas modernas de política (os indivíduos, os Estados soberanos e o sistema internacional) com o “natural, divino ou pré-moderno” que foi excluído da política a fim de possibilitar a construção da autoridade soberana moderna. Para Walker, a possibilidade de uma realidade fora daquelas formas privilegiadas de organização política moderna é que daria sustentação e estruturação às relações de inclusão e de exclusão da ordem política moderna. Para romper com tal lógica, Walker indaga-se sobre as possibilidades de novas concepções de soberania, subjetividade, fronteiras e limites que evitem a reprodução automática de práticas de exclusão e inclusão.



### 5.3 - CAMPBELL E A PROBLEMATIZAÇÃO DO CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA

Igualmente preocupado em fugir da reificação dos conceitos de Estado, anarquia e política externa, o australiano David Campbell, em uma obra dedicada à política externa norte-americana (1998a), propõe-se a pensar o Estado genealogicamente a fim de entender como, pela construção discursiva do “externo”, as práticas de política externa acabam (re)produzindo a identidade do Estado e reafirmando a necessidade de sua própria existência. Sua grande contribuição reside na inversão da visão tradicional da área de RI, que tendia a conceber política externa como produto de sua constituição doméstica<sup>38</sup>, isto é, como construtora de pontes entre entidades separadas e pré-existentes.

Em seu argumento, ele postula que os Estados absolutistas se sustentavam na noção transcendental do poder de Deus conferido ao soberano, cuja ideia, porém, perde sentido no mundo moderno e secular, povoado por Estados nacionais construídos com base em nacionalismos e em projetos de identidade nacional. Na pós-modernidade, essas identidades, até então consideradas relativamente estáveis e fixas, encontram-se sob ameaça. Num movimento de autodefesa, os Estados passam a submeter seus cidadãos a “discursos de perigo” e a práticas de “evangelização do medo” para reforçar fronteiras, excluir o diferente e disciplinarizar o corpo interno com base em representações do que seria a identidade nacional a ser assegurada e protegida. A produção da diferença, e sua

conversão em “Outricidade”, se tornam essenciais para a afirmação do “Eu” da necessidade de existência do Estado.

Nos termos de sua crítica, a política externa deixa de ser vista como a expressão das relações de um Estado pré-existente com os demais Estados no plano internacional e passa a ser constitutiva do próprio Estado. Sobretudo, mas não se limitando a momentos de crise em que as identidades nacionais se encontram por demais instáveis e ameaçadas, a política externa se revela uma prática de produção de fronteiras. A reprodução das identidades nacionais pela política externa se mostra central para produzir fronteiras e disciplinarizar comportamentos no espaço nacional no intuito de preservação desse espaço privilegiado.

Pensar política externa como “produção de fronteiras” e “disciplinarização de corpos” permite a Campbell desconstruir a noção de um sistema internacional dado, ao qual os Estados devem se adaptar por meio de suas políticas externas. A esfera internacional é vista como uma arena, povoada por Estados sem identidades pré-existentes e seguras, na qual múltiplas práticas de diferenciação e delimitação de espaços se cruzam e se chocam. Para ele, é necessário problematizar a produção de espaços morais com base em dicotomias “dentro/fora”, “interno/externo”, “Eu/Outro” etc.

Igualmente provocadora é a problematização que Campbell faz da identidade do Estado, rejeitando a forma pela qual a área de RI construía a nação como precedente ao Estado, ou melhor, tendo o nacionalismo como base da legitimação da criação dos Estados. Para Campbell (1998a: 11), a reificação do conceito de identidade nos levou



a pensar o Estado como anterior à nação, transformando o nacionalismo em ferramenta estatal para legitimar sua própria existência. Entretanto, apesar de sempre visto como um conceito fechado, o Estado não possui tal status ontológico: ele precisa se reproduzir constantemente. Se sua essência é a identidade e se essa essência não é fixa nem estável, faz-se necessário que a identidade do Estado seja reafirmada sempre. “A articulação constante do perigo através da política externa é, assim, não uma ameaça para a identidade ou para a existência de um Estado; mas sim sua própria condição de possibilidade”, finaliza Campbell (1998a: 12).

Várias são as vantagens de tal abordagem. Primeiro, não apenas amplia-se o conceito de política externa, como também se problematiza a realidade e os sujeitos ao reconhecer que eles não possuem existência fora dos discursos nos quais se inserem. Segundo, o espaço da política externa é ampliado para além das burocracias ou além do nível dos indivíduos, aos quais ela é tradicionalmente associada. Nesse sentido, a concepção de política externa deixa de estar limitada à noção de um específico processo de tomada de decisão ou até mesmo a um evento ou fato específico em uma arena política privilegiada. Da mesma forma, pode-se transcender a própria figura do “formulador de política externa”. Tanto o espaço quanto o agente de política externa deixam de ser privilegiados para ser ampliado para qualquer local ou indivíduo inserido nas práticas discursivas de produção de significado.

Terceiro, a política externa é ampliada para além das instituições políticas oficiais, de forma a incluir todas as esferas da sociedade e,

mais especificamente, toda e qualquer esfera capaz de articular, propagar e disseminar sistemas de significados e representações. Assim, seu funcionamento, como instituição de política externa, dependeria mais de seu alinhamento ao sistema de representações de uma sociedade do que qualquer outro elemento.

Sua contribuição reside em perceber que a política externa é formada por outras dimensões além dos imperativos da necessidade externa. Ao substituir a tradicional pergunta “Como a política externa serve à defesa dos interesses nacionais?” por “Como, pela determinação do que é externo, estrangeiro e diferente – do “Outro”, a política externa ajuda a produzir e a reproduzir sua própria identidade?”, Campbell tenta problematizar os processos de construção de identidades e interesses ao trocar uma metodologia racionalista e historiográfica por uma metodologia discursiva.

*O conhecimento contemporâneo esteve geralmente satisfeito em ver política externa explicada como um fenômeno estado-cêntrico no qual existe uma reação internamente mediada em relação a uma situação externamente induzida de ameaças ideológicas, militares e econômicas. (...) Como nós (nós, principalmente, mas não exclusivamente, da área das Relações Internacionais) passamos a conceber política externa como o emprego externo da razão instrumental em nome de uma identidade interna não-problemática situada em uma esfera anárquica de necessidade? (CAMPBELL, 1998a: 36-7)*

Em seguida, ao rejeitar a literatura convencional sobre nação, Estado e identidade nacional, que entendia a essência da nação como anterior à realidade do Estado, Campbell (1998a: 11) argumenta o



contrário: “grande parte da sociologia histórica recente postula que é o Estado que precede a nação, que o nacionalismo é uma construção do Estado na busca da legitimidade”. Com base na noção de Anderson (1991) de nação como “comunidade imaginária”, Campbell (1998a) concebe os Estados como entidades paradoxais que não possuem identidades estáveis, fixas e pré-discursivas. Por serem processos inacabados, eles se encontram em necessidade permanente de reprodução.

A política externa passa, então, a ser concebida como uma arena privilegiada para a reprodução das condições de existência do próprio Estado, devido a sua capacidade de construir o “externo”. Trata-se de uma prática política para a produção da diferença, em relação a atores e eventos, com base em uma matriz identitária nacional. E identidade nacional, conforme sustentado por Campbell, não se refere necessariamente às supostas características de uma nação e sim às práticas de exclusão, de marginalização, de vigilância e de punição que normalizam o corpo interno do Estado.

Ele propõe a distinção entre dois tipos de política externa (CAMPBELL, 1990, 1998a). O primeiro tipo, ao qual ele se refere em minúsculas, refere-se a “todas as relações de 'Outricidade', de práticas de diferenciação, ou de modos de exclusão que constituem seus respectivos objetos como ‘estranhos’” (CAMPBELL, 1990: 271). Nesse caso, trata-se de “política externa” divorciada do Estado, que emprega modos de representação e significação para disciplinarizar e domesticar a ambiguidade, a contingência e o estranho. Para ele, a “política externa” cria as condições de possibilidade do segundo tipo:

a “Política Externa” em maiúsculas, mais familiar ao senso comum. Apesar de não estar tão diretamente implicada na produção de identidades como a “política externa”, a “Política Externa” serve à reprodução da constituição da identidade constituída pela “política externa”.

Tal distinção força-nos a reconhecer que estamos acostumados a conceber política externa como “Política Externa”, na qual um determinado espaço ou modo de representação é privilegiado. Deixa-se de perceber que as práticas de “política externa” continuam a funcionar, disciplinarizando a ambiguidade e a contingência, naturalizando padrões e relações sociais como se fossem permanentes ou universais. Existe uma dificuldade em se perceber como a “política externa” é constantemente mobilizada para produzir diferença, assegurar ao Estado soberano papel privilegiado na representação política e legitimar a exclusão de subjetividades alternativas que não se ajustem ao regime dominante.

Percebendo como a pós-modernidade colocou as identidades nacionais em xeque e, com elas, os próprios Estados, visto que suas fronteiras já não se definem tão facilmente, Campbell entendeu como os Estados recorrem à política externa como autodefesa a fim de enfatizar a necessidade de sua própria existência e assegurar a identidade nacional. Assim, as práticas de política externa marcam fronteiras e disciplinam os corpos contidos no interior do espaço reclamado como exclusivo da soberania do Estado, com o intuito de preservar o próprio Estado. O significado de “ameaça” é usado para reafirmar espaços morais criados para definição de fronteiras éticas e





territoriais pelo estabelecimento de dicotomias próprias do pensamento logocêntrico ocidental. Como base nos “discursos de perigo” que mostram o de fora como fonte de perigo, os Estados reafirmam suas fronteiras morais e suas identidades e, por consequência, a legitimidade de sua autoridade.

A grande contribuição de Campbell reside na retirada do foco da análise de política externa para longe das declarações oficiais de chefes de Estado, dos documentos emitidos por instituições e burocracias governamentais, da ênfase na materialidade de interesses estratégicos e de ameaças em um mundo “lá fora”. Em sua crítica à política externa norte-americana<sup>39</sup>, Campbell rejeita a identificação, descrição e previsão de padrões de regularidade para a teorização sobre uma explicação universal e unificada acerca do comportamento dos Estados no ambiente estruturalmente anárquico do sistema internacional.

Metodologicamente, ele busca identificar os significados, as representações, as narrativas e os mitos que apontam para uma lógica de construção de um “Eu” privilegiado – significado como “bom”, “puro”, “desejável”, “inocente”, “civilizado” ou “justo” – em oposição a um “Outro” radical – significado como “mau”, “impuro”, “indesejável”, “doente”, “bárbaro”, “agressor” ou “louco”. Ao apontar os conteúdos ideológicos dos discursos que tentam naturalizar as lógicas de diferenciação, Campbell revela seu caráter arbitrário e, portanto, não-natural das práticas de política externa, abrindo-as para a crítica.

## 5.4 - DER DERIAN E A HIPER-REALIDADE VIRTUAL DAS PRÁTICAS ANTIDIPLOMÁTICAS

O que distingue James Der Derian de outros autores críticos é sua absoluta recusa em aceitar a autoevidência da expressão “relações internacionais” para designar a área de RI: “A leitura da literatura [produzida na área] leva-nos a acreditar que as relações internacionais apareceram espontaneamente como um termo autoevidente e apropriado” (DER DERIAN, 1989: 4). Para Der Derian, o “casamento entre *international* e *relações* ” (1989: 3, grifos do autor) possui uma gênese e, porque ela coincide com a gênese de sua área de conhecimento, torna-se difícil o reconhecimento do próprio caráter não-natural e contingente tanto do fenômeno (relações internacionais) quanto da área (Relações Internacionais).

Para desnaturalizar a expressão, Der Derian opta por interpretar a teoria internacional como um “intertexto”. Para o crítico, as relações internacionais exigem uma abordagem intertextual de forma a promover a “investigação crítica em uma área de pensamento em que não há um árbitro da verdade, onde o significado deriva da inter-relação de textos, e o poder encontra-se presente devido ao problema da linguagem e de outras práticas de significação” (DER DERIAN, 1989: 6). Tal entendimento o leva a empregar estratégias intertextuais de análise: “ao criar novas interpretações do mundo-texto, ao questionar as construções historicamente determinadas de conhecer, poderemos acrescentar novas dimensões e alternativas à teoria internacional tradicional” (DER DERIAN, 1989: 6).



Recorrendo às metodologias genealógicas de Nietzsche e Foucault, além do conceito de alienação de Rousseau, Hegel e Marx, Der Derian (1987) constrói uma narrativa do desenvolvimento da diplomacia como mediação da separação (“estrangement”, em inglês) provocada pela alienação na História Ocidental. Em sua genealogia da diplomacia, ele argumenta que o objetivo histórico da diplomacia é zelar pela manutenção do simulacro da diversidade do sistema europeu de Estados, alimentar os elos que garantiam as diferenças nacionais entre os Estados que o compõem. Para Der Derian, a construção da diferença entre as unidades políticas em nome da identidade e manutenção de um sistema internacional de Estados o fez conceber a diplomacia como uma prática social de estabilização, de “construção de pontes (bridge-buildin, em inglês) entre os Estados.

Assim, ele identifica seis “paradigmas interpenetrados” da prática diplomática: a “mitodiplomacia”, a “protodiplomacia”, “diplomacia”, “antidiplomacia”, “neodiplomacia” e a “tecnodiplomacia”, que seria praticada nos tempos atuais. Para Der Derian, os avanços tecnológico-cibernéticos e as ameaças universais experimentadas na pós-modernidade criaram uma nova e específica forma de “antidiplomacia”. Apesar da ainda centralidade da separação, as novas práticas diplomáticas, ao contrário das formas antigas e modernas, criam e medeiam a separação por meio de novas tecnologias de poder e de representação de ameaça.

Tal mudança paradigmática, que libera a diplomacia de tecnologias exclusivamente mecânicas, faz com que o poder e as ameaças passem a ser constituídos e transmitidos de forma distinta. Para Der Derian,

trata-se de um tipo novo de guerra: a “guerra dos signos”, em que soldados inimigos se transformam em “alvos oportunos” eletronicamente significados e facilmente eliminados (1987: 120). No conforto de suas casas, os espectadores civis acessam remotamente imagens esterilizadas e higienizadas, nas quais a “faticidade material do soldado morto – o centro de gravidade da guerra – está ausente” (1987:166).

Em sua obra seguinte (1992), observando como o desencarno (disembodiment, em inglês) produzido pela “antidiplomacia” havia se tornado dominante na Guerra do Golfo (1991), ele critica o distanciamento, a simulação e a despersonalização da guerra. Para Der Derian, a “antidiplomacia” exigia a compreensão e o posicionamento crítico sobre como a paisagem política havia se tornado desterritorializada, como as tecnologias espaciais foram suplantadas pelas temporais e como o poder discursivo da cronopolítica havia privilegiado a cronologia em detrimento da geografia na política global. Para o autor, a ambiguidade e a simulação experimentada nos tempos da pós-modernidade teriam transformado o conhecimento em paranóia e inteligência em pânico, tornando os processos de tomada de decisão difusos, descentrados, sobredeterminados, ultracompartimentalizados e ultrasigilosos.

Na era da espionagem eletrônica, argumenta Der Derian, a distância entre o espião e o contraespião desaparece no ciberespaço. A inteligência torna-se fragmentada por dentro: os sinais da “antidiplomacia” são codificados e sobrecodificados, o desencarno geopolítico, que antes determinava a “diplomacia” na modernidade,



dá lugar à despolitização da informação e à politização do código. A espionagem resume-se ao processamento, codificação e decodificação de informações já disponíveis no ciberespaço, além de ter dificuldades em acompanhar o ritmo de sua produção. Na “antidiplomacia”, o tempo é acelerado.

Recorrendo a Paul Virilio (1977), Der Derian aponta, ainda, como a politização da velocidade reflete a “revolução dromocrática” da pós-modernidade. Se a sociedade do século XIX articulava-se pelo controle e regulação – que implicava desaceleração, a atualidade estaria marcada pela velocidade. Em tempos de “guerras de signos”, o eixo de conflito desloca-se das conquistas territoriais, econômicas e materiais para as virtuais, imateriais e perceptuais. Nesse sentido, resume ele, o espaço global é convertido em ciberespaço.

Os acontecimentos de Onze de Setembro forneceram a Der Derian farto material para reflexão crítica. Preocupado com a incapacidade do poder estatal tradicional em compreender e lidar com as novas formas globalizadas de terrorismo, espionagem e mídia, ele identifica mais uma mudança paradigmática do fenômeno da guerra: a colocação da tecnologia a serviço da virtude havia gerado um novo modo de violência virtual, que ele denomina de “guerra virtuosa” (DER DERIAN, 2009). Para o crítico, as novas tecnologias e as mídias de simulação criaram um tipo inédito de relação entre a representação e a realidade da guerra. A hiper-realidade virtual das práticas antidiplomáticas produziu a “guerra virtuosa”:

*A faculdade mimética humana para o*

*entretenimento e o jogo uniu forças com novos programas cyborg para matar e fazer guerra; e, à medida que nosso desejo por paz e ordem confronta um futuro cada vez mais acelerado, altamente contingente e incerto, a guerra virtuosa torna-se o modo preferido para assegurar os interesses globais dos Estados Unidos.*  
(DER DERIAN, 2009: xxxvi)

Para o autor, a pós-modernidade teria ultrapassado os limites do “complexo militar-industrial”, no qual agentes governamentais, elites econômicas e militares influenciavam as políticas de defesa e de segurança nacional nos Estados Unidos. Nos tempos atuais, o binômio criticado por Eisenhower (1961) evoluiu para uma tríade: a rede “militar-industrial-midiático-de entretenimento” (“military-industrial-media-entertainment”, em inglês, ou MIMET). Conforme observa Der Derian, tecnologias como as de simulação computadorizada apagaram as linhas entre o mundo virtual e o real. A indústria de Hollywood, por exemplo, aliou-se às forças armadas norte-americanas na produção de ambientes de simulação gerados por computador, com o objetivo tornar os cenários de combate “mais reais” para os soldados em treinamento. Afinal, pondera Der Derian, por que treinar da forma tradicional quando agora já se torna possível “matar” inimigos extremamente realistas em 3-D?

Com efeito, tais tecnologias de simulação constroem um campo de batalha totalmente digitalizado à medida que os próprios soldados recorrem a essas mesmas tecnologias para converter o território



estranho em imagens tridimensionais de alta definição e assim facilitar a localização, a apreensão e a eliminação de alvos. O problema, entretanto, recai na forma pela qual a violência é higienizada. Ao reduzir os inimigos a pixels em uma tela, as consequências das guerras sofrem uma espécie de assepsia. O elemento humano é eliminado e a imagem resultante assemelha-se ao de um videogame comum. Para Der Derian, aprende-se a matar sem assumir a responsabilidade, o que sanciona todo tipo de violência. Forte crítico da “Guerra ao Terror”, Der Derian alertava o erro grave de se evocar uma “linha divisória” do tipo “Nós” e “Eles”, o que reproduzia a lógica de uma “guerra mimética”. Recorrendo a estratégias de imitação, representação e simulação, os dois lados construíram-se recíproca e mutuamente em uma relação de simetria simbiótica do tipo “Eu/Outro”, sancionando todo tipo de violência.

*Projetada pelo Pentágono, testada nos Bálcãs e ensaiada no Afeganistão, a guerra virtuosa tomou o centro do palco na invasão do Iraque. A guerra virtuosa projeta uma superioridade tecnológica e ética na qual as simulações computadorizadas, a dissimulação midiática, o monitoramento global e os meios de guerra em rede se combinam para deter, disciplinar e, caso necessário, destruir o inimigo. De intenções éticas e de aplicação virtual, alimentando-se da doutrina da guerra justa quando possível e da guerra santa quando necessário, a guerra virtuosa*

*desfruta de seu status ambíguo de um oxímoro apropriado. Depois do Onze de Setembro, quando os Estados Unidos optaram pela coerção em detrimento da diplomacia em sua política externa, passando a empregar uma retórica de vitória total sobre o mal absoluto, a guerra virtuosa se tornou o meio último pelo qual os Estados Unidos pretendiam refortificar suas fronteiras e impor sua suserania global. (DER DERIAN, 2009: xx)*





## 5.5 - SHAPIRO E AS CARTOGRAFIAS VIOLENTAS DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Influenciado por Emmanuel Levinas, além de Foucault, Derrida e Kristeva, Michael J. Shapiro transita por múltiplas áreas e tradições, como Filosofia Política, Estudos Culturais, Crítica Literária, Geografia, Sociologia, Política Comparada, Psicologia Social, Economia, Estudos de Gênero, Musicologia, Estudos Afroamericanos, Cinematografia e Psicanálise, justificando sua caracterização como “pós-disciplinar”. Na década de 1980, Shapiro começa a explorar a aplicação de conceitos como governamentalidade, micropolítica, imagem-movimento, imagem-tempo e ritmanálise na área de RI. Sob o impacto da Virada Linguística, publica obras sobre o papel da linguagem, da representação e dos discursos nos processos de construção social das relações internacionais (SHAPIRO, 1984, 1988).

Em artigo publicado na coletânea considerada marco da crítica pós-moderna/pós-estruturalista em RI (DER DERIAN; SHAPIRO, 1989), ele propõe-se a investigar os diversos estilos que informam a “escrita” do texto nas relações internacionais e identificar como suas representações são estruturadas e mediadas por “scripts” historicamente construídos que regem suas respectivas interpretações. Para Shapiro (1989), a compreensão de fenômenos internacionais dependeria da mediação produzida pelos múltiplos mecanismos envolvidos na construção desses “scripts”: gramáticas, vocabulários, retóricas, narrativas, figuras de estilo, semânticas etc. Ao reconhecer que a realidade é mediada por práticas textual-discursivas,

Shapiro busca privilegiar a interpretação, a subjetividade e o papel da linguagem na representação e construção das relações internacionais. Assim, ele questiona o tipo de estética produzida e reproduzida pela área de RI.

Entre os elementos apontados como fundamentais da estética de RI, destaca-se a separação do mundo em espaços. Para o autor, a criação artificial de espaços constitui-se a mais importante prática de construção de inteligibilidade na área de RI. Recorrendo às fontes literárias, Shapiro argumenta que, de horizontal, com ênfase em fronteiras nacionais na superfície do globo, o espaço do internacional passou a ser concebido como vertical a partir da conquista da lua em 1969. O eixo horizontal, cujo modelo teria sido dominante no período moderno, teria sido subvertido pelos satélites, mísseis e outros equipamentos que agora orbitam a Terra.

Como exemplo de práticas textual-discursivas com base na estética do “espaço” em RI, Shapiro descreve como as políticas externas dos Estados alimentam e são alimentadas por representações de determinados lugares. Falar em América Latina não significa fazer referência a um “espaço” específico no globo; é engajar-se na reprodução de uma forma institucionalizada de dominação, na qual uma minoria de origem hispânica controla e disciplina grupos indígenas nativos.

Para enfrentar e resistir a tais práticas, que refletem a imposição de uma forma dominante de interpretação da realidade, Shapiro sugere evitar o vocabulário epistemológico familiar, que naturaliza



relações de poder, destacar a pluralidade de “scripts”, identificar a genealogia de representações dominantes, rejeitar narrativas geradas com base no medo e na repulsa ao diferente e denunciar o consumo de bens culturais acríticos que representem a realidade internacional de forma simplificada e essencializada, como são apresentadas em muitos romances de ficção e filmes blockbusters. O autor defende a prática de “interpretações de resistência”, cujo objetivo seria a produção de “scripts” que contestem os modos de representação dominantes. Trata-se de aplicar aquilo que Shapiro denomina de “textualidade insurrecional”. Os “scripts” de resistência devem ser suficientemente autoreflexivos de forma a apontar a relação orgânica entre significados e práticas de escrita, desnaturalizando, assim, as gramáticas, narrativas, retóricas, figuras, estilos, vocabulários e campos semânticos implicados na produção da estética dominante em RI.

Na década seguinte, Shapiro (1997) procurou refletir sobre o fenômeno da guerra, cujo tratamento tradicional na área de RI encontrava-se limitado pelo pensamento estratégico, que privilegiava análises racionalistas e positivistas, ignorando as condições constitutivas daquele fenômeno. Contudo, primeiro deve-se indagar como e por que a guerra era estudada daquela forma, cujo modelo epistemológico dominava a produção do saber sobre a guerra. Ao identificar as estruturas espaço-temporais que criam as condições de possibilidade das problemáticas específicas da guerra – conforme os modelos estratégicos predominantes, Shapiro revelou como interpretações específicas sobre identidade e espaço permitiram a

articulação e hegemonização de determinados objetos nos discursos sobre a guerra em RI.

Para o autor, as análises geoestratégicas, ao enfatizarem a importância dos saberes geográficos para a condução da guerra, elegem a questão espacial como central nos processos que informam a tomada de decisão sobre a guerra. Ao mapearem e dividirem as superfícies do globo, os estrategistas pressupõem que a própria noção de espaço não seja problemática. Ou seja, a representação do mundo como sendo constituído por unidades político-territoriais é aceita como uma verdade inquestionável. Ao destacar a artificialidade da figura do Estado, devido à sua natureza imaginária e social, Shapiro revela sua contingência: “É apenas uma forma, como qualquer outra, de se organizar o significado do espaço” (SHAPIRO, 1997: xi).

Ao se afastar das representações dominantes no pensamento estratégico, Shapiro rejeita o recurso à geografia como variável explanatória exógena na determinação do inimigo, porque ela pertenceria à própria ontologia das coletividades. A geografia seria, segundo ele, uma estrutura imaginária que condicionaria o modo como as coletividades se colocam no mundo e, conseqüentemente, como elas constroem os significados do “Eu” e do “Outro”. O autor compara então o papel da guerra em diversas sociedades para mostrar como, em todas as situações analisadas, inclusive a contemporânea, a guerra estava mais ligada a uma ontologia de constituição de identidades do que à necessidade de mediação de interesses.

Rompendo com o pensamento estratégico, ele recorre à etnografia para argumentar que as coletividades não entram em



guerra para conquistarem espaços nem para se defenderem de hostilidades prévias, mas sim para construir suas próprias identidades. O Estado inimigo seria apenas uma oportunidade para a autoafirmação do corpo do Estado, “um momento essencial na produção de sua coerência por meio do reconhecimento de sua autonomia” (SHAPIRO, 1997: 44). Ele recorre às narrativas sobre a Guerra de Pequot<sup>40</sup>, base de seu argumento sobre a relação coconstitutiva entre guerras e identidades, para enfim demonstrar como os processos de conquista territorial e de construção de identidade estariam intimamente ligados. Para Shapiro, a violência dos colonizadores contra a cultura pequot precedeu a ocupação do território e a definição da cartografia oficial norte-americana.<sup>41</sup>

Nesse sentido, o autor chama a atenção para o fato de que a guerra não implica a perda de vidas, mas também a perda da integridade cultural da coletividade. Ela destrói os “modos de compreensão” que permitem aos indivíduos dar inteligibilidade à realidade e a si próprios. A guerra não se limita a eliminar fisicamente o inimigo, mas a eliminar significados. Para Shapiro, o esquecimento do outro não seria o produto de “mentes distraídas”, e sim de uma “amnésia” estruturalmente induzida pelo próprio modo de compreensão dominante, que se reproduz por meio da guerra e da violência. As atuais configurações espaciais seriam produto, portanto, de “cartografias violentas”, cujas práticas são reproduzidas nos discursos dominantes em RI.

Segundo Shapiro, temos dificuldade em imaginar formas alternativas de organização política porque a geografia do Estado, gerada por

práticas de “cartografias violentas”, possui uma dimensão moral que nos impede de resgatar a ética. Em tempos de guerra, a violência contra o “Outro” é legitimada, naturalizada e apagada nas narrativas dos vencedores do conflito. A nova geografia do Estado cria, então, os novos limites éticos que deverão reger os novos discursos políticos. A resistência aos novos limites éticos requer a recuperação das cartografias perdidas para que possamos empregá-las na desconstrução das cartografias dominantes. Por meio da desconstrução textual-discursiva, alimentada por uma “ética da escrita” que se contraponha à violência das representações gráficas, dos mapas morais e da estética dominante em RI, abre-se a possibilidade para encontros sem “Outricidade”.

Em sua mais recente obra, sob o impacto das intervenções no Afeganistão e no Iraque, de Abu Ghraib e do Campo Delta em Guantânamo, Shapiro questiona a “singularidade histórica da atual ‘cartografia violenta’” (2009: 18) promovida pela “Guerra ao Terror” a fim de mapear e apontar os espaços de coerção e violência no mundo geopolítico em transformação. Para tanto, ele volta-se para o cinema, cuja estética seria capaz de “produzir e mobilizar imagens” (SHAPIRO, 2009: 11) e, portanto, criar novas “cartografias violentas”. Para Shapiro, existe uma relação direta entre cinema e a geo/biopolítica da guerra, porque “a forma como experimentamos a história da guerra está inexoravelmente ligada às formas que ela assume nas representações midiáticas” (SHAPIRO, 2009: 16). No Pós-Onze de Setembro, surgem novos aspectos da “estética geopolítica” que exigem posicionamento crítico. A câmera, por sua capacidade de



transcender percepções, nos dá acesso a múltiplas perspectivas, permitindo-nos “mapear a espaço-temporalidade de outros mundos” (2009: 153), além daquele sob controle do diretor. Nesse sentido, argumenta Shapiro, o cinema, quando visto criticamente, como prática de “resistência a modos dominantes de representação do mundo” (2009: 5), “propaga a generosidade e desafia os episódios de violência promovidos por políticas oficiais de guerra e outros modos de coerção e abjeção” (SHAPIRO, 2009: 4).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



## 6. - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passados mais de oitenta anos da publicação da obra que se tornou referência para a institucionalização do próprio campo de RI, o desenvolvimento teórico nesta área de saber encontra-se diante de um novo momento crucial. Se, em 1939, *Vinte Anos de Crise* sinalizava a ruptura com o utopismo em favor do realismo na política internacional, em 1989, a queda do Muro de Berlim marca uma nova ruptura. A pergunta, que permanece sem resposta ainda hoje, qual ruptura foi aquela e em quais direções a área de RI foi lançada.

Tentando administrar a perda das certezas decorrente dos tempos de crise que atingem não só a área de RI, mas todo o campo das Ciências Humanas, e recusando a se entregar à “ansiedade cartesiana”, a crítica pós-moderna/pós-estruturalista oferece um conjunto de reflexões sobre como compreender e se posicionar em relação a uma série de problemas, dificuldades, questionamentos e desafios experimentados nesses tempos de crise. Em especial, autores críticos identificados com o pós-modernismo e/ou o pós-estruturalismo se comprometem a denunciar como as próprias práticas de produção de conhecimento em RI mantêm uma estreita relação com a manutenção e perpetuação das relações de dominação, diferenciação, exclusão, marginalização e silenciamento dos mais fracos.

Ao questionarem os discursos dominantes da área de RI, desconstruírem conceitos reificados, desestabilizarem premissas teóricas, metodológicas, epistemológicas e ontológicas, denunciarem

os “gate-keepers of knowledge” e perturbarem o significado de “conhecimento legítimo” em RI, os críticos pós-modernos/pós-estruturalistas buscam formas alternativas ao modelo moderno de produção de conhecimento, baseado no racionalismo, no positivismo, na empiria, no universalismo e no “problem-solving”. Sua principal motivação, razão do compromisso inescapável com a reflexão crítica, é promover a emancipação humana, dar visibilidade ao invisível, ouvir o silenciado, confortar o marginalizado, celebrar o híbrido e festejar o diferente na produção de conhecimento em RI.

Reações como aquelas demonstradas por Keohane, em que agiu como “gate-keeper” do saber em RI, devem ser interpretadas como práticas de disciplinarização dentro da comunidade acadêmica de RI. Ao normalizar a abordagem “racionalista” como padrão a ser seguido e incentivado dentro da International Studies Associatione ao construir como desviante a abordagem “reflexivista”, sem distinção entre teóricos críticos, normativos, feministas, pós-colonialistas, pós-modernos e pós-estruturalistas, Keohane caiu em velha armadilha Iluminista. Tomou seu próprio sistema de valores e normas como referencial privilegiado ao se posicionar, julgar e desqualificar o diferente. Dito de outra forma, o “reflexivismo” construído por Keohane é convertido no “Outro” do “racionalismo”, que acaba sendo legitimado e celebrado.

No entanto, conforme corretamente observa Vasquez (1995), os supostos critérios para avaliação de uma teoria (como precisão, possibilidade de falsificação, capacidade explicativa, programa de pesquisa progressivo, consistência face às demais disciplinas,

parcimônia e elegância, entre outros) deveriam ser interpretados mais como metas do que requisitos formais per se. Sua eventual aplicação não deveria ser conduzida de forma tão rigorosa a ponto de desqualificar perspectivas que ainda estariam em seus primeiros estágios de desenvolvimento.

Ademais, Vasquez reconhece às abordagens “reflexivistas” uma especificidade a ser destacada: seu caráter de teoria enquanto prática política, que as tornam um guia de ação política para a emancipação humana e a celebração da tolerância e da diversidade. Para Vasquez, elas não poderiam ser julgadas de acordo com os critérios próprios ao racionalismo. Keohane (1988), ao questionar a capacidade de avaliação objetiva das abordagens “reflexivistas” em relação ao seu respectivo programa de pesquisa, incorre em erro grave ao empregar critérios que não apenas favorecem o primeiro grupo, mas que são objeto daquilo que o segundo grupo tenta justamente problematizar.

Por serem práticas políticas, as abordagens “reflexivistas” deveriam ser julgadas pelo fato de terem um objetivo bom e justo. Elas podem não oferecer descrições da realidade, mas formulam recomendações sobre o que fazer para transformar as relações de poder dominantes. Se forem relevantes para a compreensão de problemas atuais, se apresentarem razoabilidade e coerência interna, além de alguma possibilidade de sucesso em suas recomendações, elas seriam tão legítimas e válidas como as abordagens “racionalistas”.

É certo que ainda há mais otimismo, entusiasmo e, sobretudo, curiosidade do que soluções propriamente reconhecidas à crítica pós-

moderna/pós-estruturalista. Com efeito, trata-se de uma perspectiva em sua infância, o que recomenda cautela e prudência. No entanto, sua preocupação com a reflexão crítica, a cultura, os contextos históricos, as contingências e a emancipação deve ser interpretado como incentivo à abertura do diálogo com o diverso, aceitando-o, celebrando-o e reconhecendo suas potencialidades.



## **QUESTÕES PARA REFLEXÃO**

## 7. - QUESTÕES PARA REFLEXÃO

- De que forma as teorias de RI nos permitem compreender o mundo? Quais são as principais representações e narrativas (re)produzidas pelas teorias dominantes? De que forma elas constroem o que seria normal e o que seria desvio nas relações internacionais?

- Por que a área de RI foi considerada, por tanto tempo, a menos reflexiva de todas as Ciências Humanas? O que a fazia tão refratária à penetração de outros saberes? Ao mesmo tempo, por que as perspectivas críticas levaram tanto tempo a se desenvolverem? E qual a razão de sua acelerada popularização nesses últimos 20 anos?

- Para Wittgenstein, quando respondemos a uma pergunta, tornamo-nos prisioneiros de um enquadramento, isto é, de uma imagem da realidade. Por essa razão, nossa resposta acaba presa àquela mesma imagem. Qual é a “grande pergunta” feita pelas teorias dominantes de RI? Qual imagem da realidade nos cativa de imediato? De que forma nossa resposta obedece à mesma lógica presente naquela imagem? Quais são as implicações políticas e morais daquela imagem?

- Os narratologistas defendem a tese de que o homem é um ser que conta histórias: homo fabulans. Ou seja, ao contarmos histórias, damos sentido à experiência humana, produzimos significados, compreendemos a realidade, posicionamo-nos em relação ao mundo e aos nossos semelhantes, expressamos desejos e vontades, assim como legitimamos nosso comportamento. Quais as grandes histórias que a

área de RI conta sobre a realidade? Além dessas histórias, existiriam outras que são marginalizadas, excluídas e silenciadas?

- A afirmação de Jean Baudrillard (1991) de que a Guerra do Golfo não existiu surpreendeu a todos. Para esse teórico crítico, aquela guerra não foi existiu porque, para a imensa maioria dos telespectadores, sentados na poltrona de suas casas no Ocidente, era impossível distinguir o que era imagens do conflito e o que era simulação de imagens de conflito. Para uma população acostumada a videogames, imagens esverdeadas com pontos claros ou com efeitos de luz infravermelho não correspondiam àquilo que se concebia como autênticas imagens de guerra. Qual seria a principal consequência, para política mundial, do desaparecimento das fronteiras entre real e ficção com relação à guerra?

- Nas últimas duas décadas, os debates sobre o tema das identidades (sejam elas nacionais, étnicas, religiosas, de classe ou de gênero) ganham um notável impulso. Nesse sentido, a tese de Samuel Huntington (1996) sobre o “choque das civilizações” foi prontamente elevada à categoria de bestseller no pós-Onze de Setembro. Com base na perspectiva pós-moderna/pós-estruturalista, como podemos problematizar a noção de identidade, civilização e choque?

- Donald Rumsfeld, o controverso ex-Secretário da Defesa (2001-2006) de George W. Bush (2001-2009), em uma entrevista coletiva sobre a escalada de insegurança no Afeganistão pós-intervenção em 2002, declarou o seguinte:





*Como sabemos, existem coisas que sabemos. Existem coisas que sabemos que sabemos. Também sabemos que existem coisas que não sabemos. Ou seja, sabemos que existem algumas coisas que não sabemos. Mas também existem coisas não sabidas que não são sabidas. As que não sabemos, essas nós não sabemos*<sup>43</sup>

- O que podemos entender da declaração acima, que tomou de assalto a internet e a cultura popular? O conceito de “known unknowns” expressa qual tipo de crítica pós-moderna/pós-estruturalista sobre o racionalismo e o positivismo?

- O escritor Peter Carey (2001), morador de Nova York, descreve o mês de setembro de 2001: “A última semana foi um grande borrão, sem diferença entre o dia e a noite. O tempo está partido. Os eventos do primeiro dia sangraram para o seguinte e agora não consigo ordenar as fortes emoções e as visões perturbadoras em uma sequência adequada”. De que forma a crítica pós-moderna/pós-estruturalismo nos permite compreender a dificuldade de Carey com o “tempo partido”?

- Michael Cox (2005: 132) descreve a década de 1990 como um período no qual “a História simplesmente tirou férias”, o que muitos entenderam como confirmação da tese do “Fim da História” de Francis Fukuyama. Já sob os impactos do Onze de

Setembro, o filósofo Žižek (2008) rebate: “Foi o fim dessa era feliz [a da expansão do capitalismo liberal na década de 1990]. Voltou-se à História”. Como a crítica pós-moderna/pós-estruturalista concebe a História, a historicidade e a possibilidade de agência na História?



**SUGESTÕES DE FONTES  
COMPLEMENTARES**



## 8. SUGESTÕES DE FONTES COMPLEMENTARES

Para os interessados em aprofundar seu conhecimento sobre a crítica pós-moderna/pós-estruturalista, sugerimos as obras a seguir, além das já citadas:

### 8.1 MODERNIDADE, PÓS-MODERNIDADE, PÓS-ESTRUTURALISMO E REFLEXIVISMO

BAUMAN, Z. *Modernity and the Holocaust*. Cambridge: Polity Press, 1989.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Order*. Stanford: Stanford University Press, 1994.

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GUREVITCH, M., BENNET, T.; CURRAN, J.; WOOLLACOTT, J. (Eds.). *Culture, Society, and the Media*. London: Methuen, 1982.

HALL, S. *A identidade cultural na pós modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Traduzido por Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LASH, S. *The Sociology of Postmodernism*. London: Routledge, 1990.

### 8.2 NIETZSCHE, FOUCAULT, DERRIDA, BARTHÈS, KRISTEVA E OUTROS CRÍTICOS

BARTHÈS, R. *Mythologies*. New York: Hill and Wang, 1972.

BAUDRILLARD, J. *Simulacra and Simulation*. New York: Semiotext(e), 1983.

CAMPBELL, D. "Nietzsche, Heidegger, and meaning". *Journal of Nietzsche Studies*, v. 26, p. 25-54, Autumn, 2003.

DERRIDA, J. *Writing and Difference*. London: Routledge, 1981.

FOUCAULT, M. *Politics, philosophy, culture: interviews and other writings, 1977-1984*. New York: Routledge, 1988.

FOUCAULT, M. *Foucault live: interviews, 1961-1984*. Edited by Sylvère Lotringer. New York: Semiotext(e), 1996.

KRISTEVA, J. *Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art*. New York: Columbia University Press, 1980.

KRISTEVA, J. *Powers of Horror: an Essay on Abjection*. New York: Columbia

University Press, 1982.

KRISTEVA, J. *Crisis of the European Subject*. New York: Other Press, 2000.

NIETZSCHE, F. *On the Genealogy of Morals*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

RABINOW, P. (Ed.). *The Foucault Reader*. New York: Pantheon Books, 1984.

### **8.3 MANUAIS DE RI COM PERSPECTIVA CRÍTICA E/OU REFLEXIVISTA**

BROWN, C. *Understanding International Relations*. New York: Palgrave, 2001.

EDKINS, J; VAUGHAN-WILLIAMS, N. (Eds.). *Critical Theorists and International Relations*. London: Routledge, 2009.

EDKINS, J; ZEHFUS, M. (Eds.). *Global Politics. A New Introduction*. London: Routledge, 2009.

GEORGE, J. *Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction to International Relations*. Boulder: Lynne Rienner, 1994.

WEBER, C. *International Relations Theory. A Critical Introduction*. Third Edition. London: Routledge, 2010.

### **8.4 OBRAS DE CRÍTICOS PÓS-MODERNOS/PÓS-ESTRUTURALISTAS EM RI**

CAMPBELL, D. "Time is Broken: The Return of the Past in the Response to September 11". *Theory & Event*, v. 5, n. 4, 2002.

BLEIKER, R. "The Aesthetic Turn in International Political Theory". *Millennium: Journal of International Relations*, v. 30, n. 3, p. 509-533, 2001.

CHAY, J. (Ed.). *Culture and International Relations*. New York: Praeger, 1990.

EDKINS, J. *Poststructuralism and International Relations: Bringing the Political Back in*. Boulder: Lynne Rienner, 1999.

EDKINS, J. *Trauma and the Memory of Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JACKSON, R. *Writing the War on Terrorism: Language, Politics and Counterterrorism*. Manchester: Manchester University Press, 2005.

JORGENSEN (Ed.). *Reflective Approaches to European Governance*.



London: MacMillan, 1997.

KUBALKOVA, V. (Ed.). *Foreign Policy in a Constructed World*. New York: Sharpe, 2001.

LAPID, Y.; KRATOCHWIL, F. (Eds.). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. London: Lynne Rienner, 1996.

NABERS, D. "Filling the Void of Meaning: Identity Construction in U.S. Foreign Policy After September 11, 2001". *Foreign Policy Analysis*, v. 5, n. 2, p. 191-214, 2009.

NEUFELD, M. "Reflexivity and International Relations Theory". *Millennium*, v. 22, n. 2, p. 53-76, 1993.

NEUMANN, I.B. "Collective Identity Formation: Self and Other in International Relations". *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 2, p. 139-174, 1996.

O'REILLY, K.P. "Perceiving Rogue States: the Use of the 'Rogue State' Concept by U.S. Foreign Policy Elites". *Foreign Policy Analysis*, v. 3, p. 295-315, 2007.

SHAY, J. *Achilles in Vietnam: Combat trauma and the undoing of character*. New York: Touchstone Books, 1994.

SILBERSTEIN, S. *War of Words: Language, Politics and 9/11*. London: Routledge, 2002.

SJÖSTEDT, R. "The Discursive Origins of a Doctrine. Norms, Identity, and Securitization under Harry S. Truman and George W. Bush". *Foreign Policy Analysis*, v. 3, n. 3, p. 233-254, 2007.

SMITH, S. "Singing Our World Into Existence: International Relations Theory and September 11". *International Studies Quarterly*, v. 48, n. 3, p. 504-7, June, 2004.

WEBER, C. "Performative States". *Millennium*, v. 27, n. 1, p. 77-95, 1998.

ZEHFUSS, M. "Forget September 11". *Third World Quarterly*, v. 24, n. 3, 513-528, 2003.

## 8.5 ROMANCES DE FICÇÃO COM TEMAS E/OU ESTÉTICAS PÓS-MODERNAS

“O Pêndulo de Foucault” (Il pendolo di Foucault), de Umberto Eco, 1988.

“Os Filhos da Meia-Noite” (Midnight’s Children), de Salman Rushdie, 1980.

60 Stories, de Donald Barthelme, 1981.

“G”, John Berger, 1972.

“2666”, Roberto Bolaño, 2004.

“Labirintos” (Laberintos Dumelic), Jorge Luis Borges, 1983.

“Almoço Nú” (Naked Lunch), de William S. Burroughs,

House of Leaves, de Mark Danielewski, 2000.

“O Homem do Castelo Alto” (The Man in the High Castle), de Philip K. Dick, 1962.

“Ardil 22” (Catch 22), de Joseph Heller, 1961.

“Absalão! ão!” (Absalom! Absalom!), de William Faulkner, 1936.

“A Metamorfose”, (Die Verwandlung), de Franz Kafka, 1915.

“Esperando Godot” (En Attendant Godot), de Samuel Beckett, 1952.

## 8.6 FILMES COM TEMAS E/OU ESTÉTICAS PÓS-MODERNAS

“Acossado” (À bout de souffle), de Jean-Luc Godard, 1959.

“A Aventura” (L’avventura), de Michelangelo Antonioni, 1960.

“Oito e meio” (8½), de Federico Fellini, 1963.

“Era uma vez no oeste” (Once Upon a Time in the West), de Sergio Leone, 1968.<sup>44</sup>

“Laranja Mecânica” (A Clockwork Orange), de Stanley Kubrick, 1971.

“Taxi Driver”, de Martin Scorsese, 1976.

“A Mulher do Tenente Francês” (The French Lieutenant’s Woman), de Karel Reisz, 1981.

“Caçador de Andróides” (Blade Runner), de Ridley Scott, 1982.

“Videodrome – A Síndrome do Vídeo” (Videodrome), de David Cronenberg, 1983.

“Spinal Tap” (This is Spinal Tap), de Rob Reiner, 1984.





- “Tempos de Violência” (Pulp Fiction), de Quentin Tarantino, 1994.
- “Medo e Delírio” (Fear and Loathing in Las Vegas), de Terry Gilliam, 1998.
- “A Bruxa de Blair” (The Blair Witch Project), de Daniel Myrick e Eduardo Sánchez, 1999.
- “Clube da Luta” (Fight Club), de David Fincher, 1999.
- “eXistenZ”, de David Cronenberg, 1999.
- “The Matrix”, “The Matrix Reloaded”, “The Matrix Revolutions”, Irmãos Wachowski, 1999-2003.
- “Amnésia” (Memento), Christopher Nolan, 2000.
- “Psicopata Americano” (American Psycho), de Mary Harron, 2000.
- “Waking Life”, de Richard Linklater, 2001.
- “Cidade dos Sonhos” (Mulholland Drive), de David Lynch, 2001.
- “Encontros e Desencontros” (Lost in Translation), de Sofia Coppola, 2003.
- “Brilho Eterno de uma Mente sem Lembranças” (Eternal Sunshine of the Spotless Mind), de Michael Gondry, 2004.
- “Crash – no limite” (Crash), de Paul Haggis, 2004.
- “Babel”, de Alejandro González Inarritu, 2006.
- “O Homem Duplo” (A Scanner Darkly), de Richard Linklater, 2006.

## NOTAS



## NOTAS

1 Para diferenciar a área de conhecimento (Relações Internacionais) de seu objeto de estudo (as relações internacionais), optou-se pelo uso de maiúsculas para o primeiro caso e de minúsculas para o segundo.

2 A íntegra do pronunciamento foi posteriormente transformada em artigo e publicada. Ver Keohane (1988).

3 A tradução acima, assim como as que aparecem ao longo desta obra, é de responsabilidade da autora.

4 Razão pela qual rejeitamos seu uso na designação daquelas perspectivas críticas.

5 Sobre o conceito de “Orientalismo”, ver Said (1978).

6 Ver Adler (1997) e Checkel (1998).

7 Sobre o conceito de “vida nua”, ver Agamben (2004).

8 Trata-se da relação entre a crise do Entre-Guerras e a criação da primeira cátedra em RI em 1919.

9 Como exemplos, citamos a Revolução Gloriosa (1688), o “Bill of Rights” (1689), a Guerra de Independência (1775-1783), a Declaração de Independência (1776), a Constituição (1787) e o “Bill of Rights” (1789) dos Estados Unidos, a revolução no Haiti (1794), a Revolução Francesa (1789-1799), a Declaração dos Direitos do Homem (1789) e as independências das colônias ibéricas na América Latina (1810-1825). Ver Palmer (1964).

10 Para Kant, a imaturidade autoimposta dos indivíduos não era gerada pela falta de conhecimento per se, mas sim por sua falta de coragem em empregar a razão, o intelecto e a sabedoria sem recorrer a outrem. Trata-se, portanto, de imaturidade autoimposta devido ao medo de pensar de forma autônoma. “Sapere aude!”, isto é, “Ouse conhecer!”, conclamava ele em seu ensaio “Beantwortung der Frage: Was ist Aufklärung?” (“O que é Esclarecimento?”, em português) de 1794.

11 Sobre o desencantamento de Weber, ver avaliação de Habermas (1985).

12 Apesar de aceitar mudanças observadas pelos demais, Giddens defende a continuação da modernidade. Para o autor, as sociedades contemporâneas não esgotaram a modernidade, mas a radicalizaram, transformando-se em “modernidades tardias”, e não “pós-modernas”.

13 Para uma visão sobre essa evolução, ver Jencks (1986) e Anderson (1998).

14 Trata-se de tendências, não rótulos absolutos, porque os críticos pós-modernos são refratários a conceberem a realidade em binários inequívocos. Com efeito, algo que os distingue de outros críticos é a preocupação em revelar a arbitrariedade e a artificialidade de categorias, conceitos, dicotomias e saberes.

15 Como lembra Hutchings (1997: 343), a Guerra Fria chega ao final “não com vitória militar,

desmobilização e celebração, mas com a inesperada capitulação do outro lado sem que um único tiro tenha sido disparado”.

16 A expressão de Schlesinger (1991: 22) destaca como as escolhas eram simples e previsíveis durante a Guerra Fria: alinhamento ao Oeste, ao Leste, ou não alinhamento.

17 Nesse sentido, ver Ferguson e Mansbach (), Holsti (1985:1-2) e Onuf (1989: 8).

18 Uma pequena exceção recai sobre a História e a Economia, por terem contribuído para a articulação da Escola Inglesa e para a incorporação da Teoria de Jogos e da Teoria das Firmas no pensamento neorrealista.

19 O próprio Ashley emprega pós-modernismo e pós-estruturalismo como sinônimos, enquanto que Der Derian adotou o termo “modernidade tardia” antes de se definir por “pós-modernismo”.

20 Devemos destacar que a mera tentativa de rotular e de classificar tanto pós-modernismo quanto o pós-estruturalismo encontra rejeição imediata dos dois lados. De fato, ambos são refratários à prática de rotulagem e de classificação de escolas de pensamento, e a tentativa de apresentá-los como conjuntos coesos de pensamento parte mais de seus críticos do que dos próprios autores.

21 Conforme explica Deleuze (2006), o niilismo identificado por Nietzsche seria uma reação marcada pela tendência à negação, à recusa e à rejeição.

22 Termo cunhado pelo filósofo alemão Ludwig Klages para descrever a tendência do pensamento ocidental de colocar o logos (palavra grega que significa “”, “ão”) como o centro do texto.

23 Para Derrida, o emprego de verbos “revelar”, “deixar claro” e “mostrar” pela linguagem científica indica a suposição de que sempre haveria alguma verdade escondida a ser iluminada.

24 Ainda sobre o tema da morte do autor, ver Foucault (1984), Hix () e Nehemas (1986).

25 Sobre o “debate agente/estrutura” em geral, além de Wendt (1987, 1991, 1992, 1999), ver Carlsnaes (1992) e Dessler (1989). Para uma revisão recente, ver Wight (2006).

26 Para obras influenciadas pela Virada Sociológica na área de RI, ver Adler e Barnett (1998), Katzenstein (1996), McSweeney (1999) e Wendt (1999).

27 Para obras igualmente representativas da Virada Linguística na área de RI, porém um pouco mais afastadas da crítica pós-moderna/pós-estruturalista, ver Gibbons (1987), Neufeld (1993), Onuf (1989) e Kratochwil (1989).

28 Como exemplos, destacamos a fenomenologia transcendental de Husserl, o pragmatismo universal de Habermas e Apel, os modelos de análise de linguagem de Wittgenstein e Austin, a



hermenêutica de Heidegger, o estruturalismo de Saussure e a teoria da intencionalidade de Skinner.

29 Segundo Wittgenstein (1953), trata-se das configurações necessárias para que um enunciado seja decodificado da maneira como seu emissor pretende.

30 Austin (2005) utilizou a expressão “ato de fala” para expressar a ideia de que a linguagem produz ação. A frase “Eu os declaro marido e mulher”, por exemplo, constituiria um ato de fala porque produz efeito material.

31 Método proposto por Wittgenstein para analisar e demonstrar a especificidade da forma de expressão e do uso da linguagem com relação a determinados conceitos, ou áreas de conhecimento.

32 Entre as obras que deram atenção especial à linguagem, destacam-se Bell (2002), Bleiker (2000), Higgins (2000), Pin-Fat (1997), Risse-Kappen (2000) e Wheeler (2000).

33 Para Wendt (1999), se o sistema é dominado por Estados que veem anarquia como uma situação de vida, ou morte, uma anarquia “hobbesiana”, nas suas próprias palavras, o sistema será caracterizado por uma luta de todos contra todos. Se, ao contrário, a anarquia for vista como uma situação restrita – uma anarquia “lockeana”, então um sistema mais cooperativo emergirá.

34 Para a evolução do pensamento de Ashley da Teoria Crítica para o pós-modernismo, ver Waever (1989).

35 Ashley (1984) já havia destacado como o protagonismo exagerado dado ao Estado pela área de RI havia legitimado sua própria existência.

36 Ver Walker (1989a, 1989b, 1990a, 1991), Walker e Mendlovitz (1990).

37 Era justamente nesse sentido que Wight (1966) falava da impossibilidade de uma teoria internacional equiparável à teoria política. No internacional, todas as regularidades que ocorrem no doméstico não existiriam.

38 Esse tema também é alvo de outras críticas pós-modernas. Ver Elshstain (1991) e Weber (1992, 1995).

39 Apesar de ter adotado a política externa norte-americana como objeto de estudo, as críticas podem ser aplicadas em outros contextos. Ver Hansen (1996), Neumann (1996) e Hansen e Waever (2002).

40 Conflito armado ocorrido entre 1634-1638 opondo, de um lado, uma aliança entre os colonos ingleses de Massachusetts e Plymouth, e as tribos nativas Narragansett e Mohegan, e, de outro, a tribo Pequot.

41 Como exemplo, Shapiro explica que a destruição das conchas wampuns usadas nos ornamentos cerimoniais provocou o aumento da violência entre os grupos indígenas nativos e a

desorganização daquelas comunidades. Dotadas de grande valor simbólico, as conchas representavam o “Grande Pacto da Paz”, que uniu as seis maiores nações iroquesas que habitavam a região dos “Grandes Lagos”.

42 Vinte Anos de Crise, de Edward De Carr, originalmente publicado em 1939.

43 “Reports that say that something hasn't happened are always interesting to me, because as we know, there are known knowns; there are things we know we know. We also know there are known unknowns; that is to say we know there are some things we do not know. But there are also unknown unknowns -- the ones we don't know we don't know. And if one looks throughout the history of our country and other free countries, it is the latter category that tends to be the difficult ones.” RUMSFELD, D. U.S. Department of Defence. Statement. Feb. 12th 2002. Washington, DC. Fonte: <http://www.defense.gov/transcripts/transcript.aspx?transcriptid=2636> . em 22 de abril de 2010.

44 Considerado por Baudrillard como o primeiro filme pós-moderno.



## **BIBLIOGRAFIA**





## 10. BIBLIOGRAFIA

- ADLER, E. "Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics". *European Journal of International Affairs*, n. 3, p. 319-363, Sept., 1997.
- ADLER, E.; BARNETT, M. *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- ADORNO, T. *Negative Dialectics*. London: Routledge, 1973.
- ADORNO, T. *Minima Moralia*. London: Verso, 2005.
- ADORNO, T.; HOCKHEIMER, M. *Dialectic of Enlightenment*. London: Verso, 1979.
- AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- ANDERSON, B. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1991.
- ANDERSON, P. *The Origins of Postmodernity*. London: Verso, 1998.
- ASHLEY, R. "The Poverty of Neo-Realism". *International Organization*, v. 38, n. 2, p. 225-286, 1984.
- ASHLEY, R. "The geopolitics of geopolitical space: toward a critical social theory of international politics". *Alternatives*, v. 12, p. 403-34, 1987.
- ASHLEY, R. "Untying the Sovereign State: A Double Reading of the Anarchy Problematique". *Millennium: Journal of International Studies*, v. 17, n. 2, p. 227-262, 1988.
- ASHLEY, R. "Living on Boderlines: Man, Poststructuralism, and War", p. 259-322. In: DERDERIAN; SHAPIRO (1989).
- ASHLEY, R.; WALKER, R. "Introduction: Speaking the Language of Exile: Dissidence in International Studies". *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 259-368, 1990.
- AUSTIN, J. *How to Do Things with Words*. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- BARKER, C. *Cultural Studies: Theory and Practice*. London: Sage, 2005.
- BARROS, M. de O. *Pós-positivismo em Relações Internacionais: contribuições em torno da problemática da identidade*. São Paulo, 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- BARTHÈS, R. "Death of the Author", p. 143-148. In: BARTHES, R. *Image, Music, Text*. New York: Hill and Wang, 1977.
- BAUMAN, Z. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press, 2000.

- BAUDRILLARD, J. "La Guerre du Golfe n'a pas eu lieu". Libération, Paris, 29 mars 1991.
- BECK, U. Risk Society: Towards a New Modernity. London: Sage, 1992.
- BELL, D. The Coming of the Post-industrial Society. New York: Basic Books, 1973.
- BELL, D. "Language, Legitimacy and the Project of Critique". Alternatives: Global, Local, Political, v. 27, n. 3, p. 327-350, July-Sep., 2002.
- BERNSTEIN, R.J. Beyond Objectivism and Relativism: Science, Hermeneutics, and Praxis. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1983.
- BLEIKER, R. "Introduction". Alternatives, Special Issue on Poetry and International Relations, v. 25, n. 3, p. 269-286, July-Sept., 2000.
- BOOTH, K.; SMITH, S. (Ed.). International Relations Theory Today. Cambridge: Polity Press, 1995.
- BOOTH, K. "Discussion: A Reply to Wallace". Review of International Studies, v. 23, n.3, p. 371-377, 1997.
- BROWN, C. "Turtles all the way down: anti-foundationalism, critical theory and international relations". Millennium: Journal of International Studies, v. 23, n. 2, p. 213-136, 1994.
- BUZAN, B.; LITTLE, R. "Why international relations has failed as an intellectual project and what to do about it". Millennium: Journal of International Studies, v. 30, n.1, p. 19-39, 2001.
- CAMPBELL, D. "Global Inscription: How Foreign Policy Constitutes the United States". Alternatives, v. 15, n. 3, p. 263-286, Summer, 1990.
- CAMPBELL, D. Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998 (a).
- CAMPBELL, D. National Deconstruction: violence, identity, and justice in Bosnia. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1998 (b).
- CAREY, P. "Letter to The Observer". The Observer, London, 23 Sept. 2001.
- CHECKEL, J. "The Constructivist Turn in International Relations Theory". In: World Politics, v. 50, n. 2, p. 324-348, 1998.
- CONNOLLY, W.E. Identity/Difference. Democratic Negotiations of Political Paradox. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.
- COX, M. "From the Cold War to the War on Terror", p. 131-157. In: BAYLIS, J.; SMITH, S. (Eds.). The globalization of world politics: an introduction to international relations. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- DELEUZE, G. Nietzsche and Philosophy. London: Continuum, 2006.



- DER DERIAN, J. *On Diplomacy: A Genealogy of Western Estrangement*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- DER DERIAN, J. "The Boundaries of Knowledge and Power in International Relations", p. 3-10. In: DER DERIAN; SHAPIRO (1989).
- DER DERIAN, J. *Antidiplomacy: Spies, Terror, Speed, and War*. Oxford: Basil Blackwell, 1992.
- DER DERIAN, J. (Ed.). *International Theory: Critical Investigations*. London: Macmillan, 1995.
- DER DERIAN, J. *Virtuous War: Mapping the Military-Industrial-Media-Entertainment Network*. Second Edition. New York: Routledge, 2009.
- DER DERIAN, J.; SHAPIRO, M. (Ed.). *International/Intertextual Relations: Postmodern Readings in World Politics*. Lexington: Lexington Books, 1989.
- DERRIDA, J. *Of Grammatology*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.
- EISENHOWER, D. D. "Farewell Address". The White House. Washington, D C . , J a n . 1 7 t h , 1 9 6 1 . í v e l e m : <<http://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=old&doc=90>>. Acesso em 25/04/2010.
- ELSHTAIN, J.B. "Sovereignty, Identity, Sacrifice". *Millennium: Journal of International Studies*, v. 20, n. 3, p. 395-406, Winter, 1991.
- FERGUNSON, Y.H.; MANSBACH, R.W. *The Elusive Quest: Theory and International Politics*. Columbia: University of South Carolina Press, 1988.
- FOUCAULT, M. *Madness and Civilization: A History of Insanity in the Age of Reason*. London: Tavistock, 1967.
- FOUCAULT, M. *The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences*. New York: Random House, 1970.
- FOUCAULT, M. *The Archaeology of Knowledge & The Discourse on Language*. New York, Pantheon Books, 1972.
- FOUCAULT, M. *The Birth of the Clinic. An Archaeology of Medical Perception*. New York: Vintage, 1975.
- FOUCAULT, M. *The History of Sexuality, Volume 1: An Introduction*. New York: Random House, 1978.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Traduzido por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *Power/Knowledge: Selected Interviews & Other Writings*. New York: Pantheon, 1980.
- FOUCAULT, M. "What is an author?", p. 101-120. In: RABINOW, P. (Ed.).

- The Foucault Reader. New York: Pantheon Books, 1984.
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: o nascimento da prisão. Traduzido por Lúcia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- GENETTE, G. Palimpsestes. Paris: Le Seuil, 1982.
- GEORGE, J.; CAMPBELL, D. "Patterns of Dissent and the Celebration of Difference: Critical Social Theory and International Relations". *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 269-293, Sep. 1990.
- GIBBONS, M. (Ed.). *Interpreting Politics*. Oxford: Blackwell, 1987.
- GIDDENS, A. *The Consequences of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1990.
- GIDDENS, A. *Modernity and Self-Identity*. Cambridge: Polity Press, 1991.
- GIDDENS, A. *Conversations with Anthony Giddens: Making Sense of Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- GILPIN, R. *War and Change in World Politics*. New York: Cambridge University Press, 1981.
- HABERMAS, J. *The Philosophical Discourse of Modernity*. Cambridge: Polity Press, 1985.
- HALLIDAY, F. "The future of international relations: fears and hopes". In: SMITH; BOOTH; ZALEWSKI (1996).
- HANSEN, L. "Slovenian Identity: State Building on the Balkan Border". *Alternatives*, v. 21, n. 4, p. 473-495, 1996.
- HANSEN, L. *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*. London: Routledge, 2006.
- HANSEN, L.; WAEVER, O. (Eds.). *European Integration and National Identity: The Challenge of the Nordic States*. London: Routledge, 2002.
- HERZ, J. *Political Realism and Political Idealism: A Study in Theories and Realities*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.
- HIGGINS, N. "The Zapatista Uprising and the Poetics of Cultural Resistance". *Alternatives*, v. 25, n. 3, p. 359-374, 2000.
- HIX, H.L. *Morte d'Author: An Autopsy*. Philadelphia: Temple University Press, 1990.
- HOLSTI, K.J. *The Diving Discipline: Hegemony and Diversity in International Theory*. Boston: Allen & Unwin, 1985.
- HUNTINGTON, S.P. *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*. New York: Simon and Schuster, 1996.
- HUTCHINGS, R. *American Diplomacy and the End of the Cold War: an Insider's Account of U.S. Foreign Policy in Europe, 1989-1992*. Baltimore:

- Johns Hopkins University Press, 1997.
- JENCKS, C. What is Postmodernism? New York: St. Martin's Press, 1986.
- JOHNSON, B. "Translator's Introduction", p. vii-xxiii. In: DERRIDA, J. Writing and Difference. London: Routledge, 1981.
- KATZENSTEIN, P. (Ed.) The Culture of National Security. Norms and Identities in World Politics. New York: Columbia University Press, 1996.
- KEOHANE, R. "International Institutions: Two Approaches". International Studies Quarterly, v. 32, p. 379-396, 1988.
- KENNEDY, P. Ascensão e queda das grandes potências. Traduzido por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- KNUTSEN, T. A History of International Relations Theory. Manchester: Manchester University Press, 1997.
- KRATOCHWIL, F. Rules, Norms and Decisions. On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- KRATOCHWIL, F.; RUGGIE, J.G. "International Organization: A State of the Art on an Art of the State". International Organization, v. 40, n. 4, p. 753-775. 1986.
- KRISTEVA, J. Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art. New York: Columbia University Press, 1980.
- LAPID, Y. "The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positive Era". International Studies Quarterly, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989.
- LITTLE, D. Varieties of Social Explanation. Boulder: Westview, 1991.
- LUTTWAK, E. "The Missing Dimension", p. 8-19. In: JOHNSTON, D.; SAMPSON, C. (Eds.). Religion, the Missing Dimension of Statecraft. New York: Oxford University Press, 1994.
- LYOTARD, J.F. The Postmodern Condition: a Report on Knowledge. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.
- LYNN-DOTY, R. "Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines". International Studies Quarterly, v. 37, p. 297-320, 1993.
- MARCUSE, H. A ideologia da sociedade industrial. Tradução de Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1967.
- McSWEENEY, B. Security, Identity and Interests. A Sociology of International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MORGENTHAU, H. In Defense of the National Interest: A Critical

- Examination of American Foreign Policy. New York: Alfred A. Knopf, 1951.
- MORGENTHAU, H. Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace. New York: Alfred A. Knopf, 1978.
- NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. Teoria das Relações Internacionais. Correntes e Debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- NEHEMAS, A. "What An Author Is". The Journal of Philosophy, v. 83, n. 11, p. 685-691, Nov., 1986.
- NEUFELD, M. "Interpretation and the 'Science' of International Relations". Review of International Studies, n. 19, p. 39-61, 1993.
- NEUMANN, I.B. Russia and the Idea of Europe: A Study in Identity and International Relations. London: Routledge, 1996.
- NIETZSCHE, F. Thus Spoke Zarathustra. A Book for All and None. : Penguin, 1961.
- NIETZSCHE, F. Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro. por Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ONUF, N. A World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- PALMER, R. The Age of the Democratic Revolution. Princeton: Princeton University Press, 1964.
- PIN-FAT, V. "Why aren't we laughing? Grammatical Investigations in World Politics". Politics, v. 17, n. 2, p. 79-86, 1997.
- RISSE-KAPPEN, T. "'Let's Argue!' Communicative Action in World Politics". International Organization, v. 54, n.1, p. 1-39, Winter, 2000.
- ROSENAU, P.N. Post-modernism and the Social Sciences: Insights, Inroads, and Intrusions. Princeton: Princeton University Press, 1992.
- ROSENBERG, J. "What's the Matter With Realism?" Review of International Studies, v. 16, n. 4, p. 285-303, 1990.
- SAID, E. Orientalism. New York: Pantheon Books, 1978.
- SAUSSURE, F. Course in General Linguistics. Edited by Charles Bally and Albert Sechehaye. La Salle: Open Court, 1983.
- SCHLESINGER, J. "New Instability, New Priorities". Foreign Policy, v. 85, p. 3-25, Winter, 1991.
- SHAPIRO, M. Language and Politics. New York: New York University Press, 1984.
- SHAPIRO, M. The Politics of Representation: Writing Practices in Biography, Photography, and Policy Analysis. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.



- SHAPIRO, M. "Textualizing Global Politics", p. 11-22. In: DER DERIAN; SHAPIRO (1989).
- SHAPIRO, M. *Violent Cartographies: Mapping Cultures of War*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.
- SHAPIRO, M. *Cinematics Geopolitics*. London: Routledge, 2009.
- SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (Eds.). *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- SONDERMANN, F.A. "The Concept of National Interest". In: OLSON, W.C. (Ed.). *The Theory and Practice of International Relations*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1987.
- VASQUEZ, J.A. "The Post-Positivist Debate: Reconstructing Scientific Enquiry and International Relations Theory after Enlightenment's Fall", p. 217-240. In: BOOTH; SMITH (1995).
- VATTIMO, G. "O nascimento do pós-moderno". *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 maio 2008. *Prosa & Verso*, p. 4, coluna 1.
- VIRILO, P. *Vitesse et politique*. Paris: Galilée, 1977.
- WAEVER, O. "The Rise and the Fall of the Inter-Paradigm Debate", p. 149-185. In: SMITH; BOOTH; ZALEWSKI (1996).
- WAEVER, O. "Identity, Communities and Foreign Policy: Discourse Analysis as Foreign Policy Theory". In: HANSEN; WAEVER (2002).
- WALKER, R. B. J. "History and Structure in the Theory of International Relations". *Millennium: Journal of International Studies*, v. 18, n. 2, p. 163-83, 1989 (a).
- WALKER, R. B. J. "'The Prince' and 'The Pauper': Tradition, Modernity and Practice in the Theory of International Relations", p. 25-48. (b) In: DER DERIAN, SHAPIRO (1989).
- WALKER, R. B. J. "Security, Sovereignty, and the Challenge of World Politics". *Alternatives*, v. 15, n. 1, p. 3-28, 1990.
- WALKER, R. B. J. "State Sovereignty and the Articulation of Political Space/Time". *Millennium: Journal of International Studies*, v. 20, n. 3, p. 445-461, 1991.
- WALKER, R. B. J. *Inside/Outside: International Relations as a Political Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- WALKER, R. B. J. *After the Globe, Before the World*. London: Routledge, 2010.
- WALKER, R. B. J.; MENDLOVITZ, S.H. (Eds.). *Contending Sovereignties: Redefining Political Community*. Boulder: Lynne Rienner, 1990.

- WALTZ, K. *Theory of International Relations*. Reading: Addison-Wesley, 1979.
- WALTZ, K. *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. Traduzido por Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- WEBER, C. "Reconsidering statehood: examining the sovereignty/intervention boundary". *Review of International Studies*, v. 18, n. 3, p. 199-216, 1992.
- WEBER, C. *Simulating Sovereignty: Intervention, the State and Symbolic Exchange*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Traduzido por Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- WELDES, J. "Constructing National Interests". *European Journal of International Relations*, v. 2, n.3, p. 275-318, 1996.
- WENDT, A. "Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics". *International Organization*, v. 46, p. 391-425, 1992.
- WENDT, A. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- WHEELER, N. *Saving Strangers: Humanitarian Intervention in International Society*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- WIGHT, M. "Why is there no International Theory?", p. 17-34. In: BUTTERFIELD, H.; WIGHT, M. *Diplomatic Investigations*. London: George Allen & Unwin, 1966.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. New York: Blackwell Publishing, 1953.
- ZIZEK, S. "Os limites do sistema estão ficando claros". *O Globo*, Rio de Janeiro, 01 nov. 2008. Prosa & Verso, p. 3.





## SOBRE A AUTORA

Erica Simone Almeida Resende possui formação multidisciplinar. É bacharel em Direito e possui complementação de estudos em Letras, Estudos Franceses e Relações Internacionais. É especialista em Política Internacional pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ), mestre e doutora em Ciência Política, com ênfase em Relações Internacionais, pela Universidade de São Paulo (USP). Sua tese de doutorado, intitulada “Americanidade, Puritanismo e Política Externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas de política externa norte-americana”, foi aprovada com louvor e distinção em 2009. Ex-bolsista CAPES, CNPq e da Comissão Fulbright, possui artigos publicados em livros, periódicos e anais de congresso, inclusive no exterior. Organizou, com Cristina Soreanu Pecequilo e Eugênio Diniz, a coletânea “Os Estados Unidos no Mundo Atual”. É membro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI), da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), da International Studies Association (ISA), da Latin American Studies Association (LASA) e da International Political Science Association (IPSA). É Fulbright Scholar e U.S. State Department Alumni por sua reconhecida especialização em temáticas americanistas, com destaque para política externa norte-americana. Seus principais interesses de pesquisa são: Política Internacional, Teorias de Relações Internacionais, Análise Discursiva, Estudos de Política Externa, Questões de Gênero e Identidade, Sociologia do Conhecimento e Segurança Internacional, identificando-se com a crítica pós-moderna/pós-estruturalista. No momento, é Professora Adjunta de Relações Internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Professora-Visitante do Programa Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde exerce atividades de ensino, pesquisa e extensão.



## NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo Amazônico de Relações Internacionais (NAPRI) da Universidade Federal de Roraima (UFRR) está à frente do selo coleção “relações internacionais” e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período.

O texto deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 60 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail [napribooks@gmail.com](mailto:napribooks@gmail.com) três arquivos: a) formulário de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

## ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA:

Núcleo Amazônico de Relações Internacionais (NAPRI)  
Universidade Federal de Roraima (UFRR) – Campus Paricarana  
Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413. Aeroporto. Boa Vista, RR.  
Telefone: + 55 (95) 3621-3453 / [napribooks@gmail.com](mailto:napribooks@gmail.com)  
[www.livrosri.ufrr.br](http://www.livrosri.ufrr.br)